



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

126^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
23 de Agosto de 2017.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Bom
2 dia, senhoras e senhores, amigos e amigas. Declaro aberta a 126ª Reunião
3 Ordinária do Conama. Saudando as conselheiras, os conselheiros e todos os
4 nossos convidados. Quero aproveitar essa oportunidade para compartilhar com
5 vocês a boa notícia que tivemos ontem, segundo dados do Imazon, para os
6 últimos 12 meses o desmatamento da Amazônia caiu 21% em relação ao período
7 anterior. Não temos ainda os dados oficiais, mas sabemos que a tendência
8 observada pelo INPI também é de queda. O fato é que invertemos de forma
9 contundente a direção da curva que havia 5 anos, subia de maneira preocupante.
10 Embora tenha sido motivo de grande satisfação para toda a equipe do Ministério,
11 o anúncio não foi nenhuma surpresa, apenas corrobora o que vínhamos dizendo
12 nos últimos meses. Nossa política de combate ao desmatamento assenta-se
13 sobre ações firmes e efetivas, tanto na vertente do comando e controle, de maior
14 consequência no curto prazo, quanto na criação, ampliação, e melhor gestão de
15 unidades de conservação, e no estímulo a economia verde. Estamos empenhados
16 na ampliação da capacidade operacional do Ibama e do ICMBio, pela primeira vez
17 o Fundo da Amazônia destinou recursos à fiscalização. Hoje os doadores do
18 Fundo podem ver que tomaram a decisão acertada. O PPCDAm, Plano de Ação
19 para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, foi valorizado
20 nesta gestão e teve aprovada a sua 4ª fase, que inovou com a incorporação do
21 eixo econômico e normativo. Além disso, focamos durante este ano na concessão
22 de florestas federais para o manejo sustentável, que aumentou em 20% e tem
23 funcionado para empresas de variados portes, assim como para comunidades
24 locais. A legalidade da madeira ganhou um reforço de peso com o
25 desenvolvimento pelo Ibama do Sinaflor, Sistema que acompanha toda a cadeia
26 produtiva, que nós já tivemos a oportunidade aqui, de demonstrá-lo.
27 Desenvolvemos um programa para concessões de serviços e unidades de
28 conservação, com destaque para os parques nacionais, com enorme potencial
29 turístico. Apoiamos o extrativismo e os produtos da sociobiodiversidade. Enfim,
30 fomentamos atividades sustentáveis que valorizam a floresta em pé, enquanto
31 geram emprego e renda. Mobilizamos também recursos para a gestão de terras
32 indígenas, que continuam sendo as áreas mais bem protegidas. Conscientes da
33 necessidade de integração das ações nas diferentes esferas federativas,
34 percorremos a Amazônia Legal no início deste ano, junto com todos os dirigentes
35 do Ministério e das vinculadas, fomos aos Estados ouvir dificuldades, e propostas,
36 e afinar nossas ações com apoio e parceria. O Decreto de conversão de multas
37 que está saindo do forno é mais uma grande conquista deste curto, porém
38 profícuo período, vai permitir que as multas por crimes ambientais sejam
39 convertidas em serviços, de forma direta ou indireta, neste segundo caso, através
40 de cotas de grandes projetos estruturantes, como a recuperação de áreas
41 degradadas e o reflorestamento. A prioridade inicial será dada às bacias de alta
42 criticidade hídrica, sendo os primeiros projetos voltados para a Bacia do Rio São
43 Francisco e Parnaíba, que se encontram em estado gravíssimo e é foco do
44 Programa Novo Chico do Governo Federal. Tudo isso nos aproxima de nossas
45 metas estabelecidas sobre o Acordo de País. Na coordenação do Grupo Executivo

46 sobre mudança do clima, o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando na
47 estratégia de implementação da nossa contribuição nacional determinada, NDC.
48 Gostaria de mencionar igualmente, outras boas notícias muito recentes, este mês
49 de agosto traz a entrada em vigor da Convenção de Minamata sobre mercúrio.
50 Isso significa que essa substância extremamente letal passará a ter controle
51 internacional, garantindo a proteção da população e do meio ambiente contra os
52 seus efeitos adversos. Foi aprovada, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara
53 dos Deputados, a chamada Lei do Mar, projeto que institui a Política Nacional para
54 conservação e uso sustentável do Bioma Marinho Brasileiro. O tema é de grande
55 importância para o desenvolvimento nacional. A política tem por objetivo melhorar
56 a gestão costeira e marinha, no que tange a fatores sociais, ambientais e
57 econômicos, como pesca, turismo, inclusive regulação do clima, pois os oceanos
58 são responsáveis pela absorção de 25% das emissões antrópicas de gases
59 carbônicos. Estão em análise neste Conselho, importantes matérias que tratam da
60 qualidade ambiental e da proteção à biodiversidade. Os padrões de qualidade do
61 ar estão em processo de revisão, é um debate necessário e altamente técnico,
62 que demanda o envolvimento de especialistas, incluindo os conselheiros. Também
63 está em andamento o trabalho de revisão das Resoluções, que podem ter sido
64 prejudicadas pela Legislação superveniente. Mais uma vez o consultor jurídico do
65 Ministério trará os resultados alcançados pelo grupo assessor, criado para essa
66 finalidade. Essa atualização evitará que o Congresso Nacional revogue as
67 Resoluções, o que entendo ser tarefa do próprio Conselho. Propostas voltadas à
68 proteção da fauna também estão em análise, em debates com ampla participação
69 da sociedade em geral, entre elas a que define padrões de marcação de animais
70 da fauna silvestre nativa, e a que trata das categorias de criadouros, e da
71 autorização de empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro.
72 Como resultado dos debates técnicos, voltam ao Plenário duas matérias, uma
73 proposta que estabelece critérios de procedimentos para garantir o controle e a
74 qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos e outra
75 que trata da utilização emergencial da queima controlada, em resposta a
76 incidentes de poluição por óleo no mar. Por fim, será apreciada aqui, uma
77 proposta de moção de apoio a Carta Caiman, que foi assinada pelos
78 governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o nosso apoio de
79 compromisso para uma atuação conjunta para a proteção do Pantanal, em uma
80 visão indivisível desse importante bioma brasileiro. Desejo a todos uma excelente
81 reunião e aproveito para convidá-los a participar do Seminário sobre o Rio Doce,
82 coordenado pela Suely, Presidente do Ibama, que acontecerá amanhã e depois,
83 nesse auditório. Muito obrigado a todos. (*Palmas!*). Vamos passar agora a
84 apresentação dos novos Conselheiros.

85

86

87 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** –
88 Obrigada. Bom dia a todos! Então, eu vou aqui falar sobre, né? Citar os novos
89 conselheiros, né? E peço que quem esteja aqui, por favor, se identifique. Tá?
90 Comando do Exército, Cleiton Souza Cruz. Ministério da Agricultura, Clarita Costa
91 Maia. Ministério do Trabalho, Eva Patrícia Gonçalves Pires e José Almeida Martins

92 Souza Júnior. Bem, vindo! Secretaria de Governo da Presidência da República,
93 Paulo Sérgio de Sá Bitencourt Câmara. Jaira Maria Alves Pupim. Bem-vinda.
94 Suzana Dias Rabelo de Oliveira. Ministério Público Estadual, Alberto Veloso
95 Machado. Bem-vindo! Governo do Amazonas, Antônio Luiz Menezes de Andrade.
96 Governo de Minas Gerais, Anderson Silva de Aguiar. Bem-vindo! Anamma
97 Nacional, André Moreira Fraga. Anamma Centro-Oeste, Ezizio Alves Barbosa.
98 André Barcelos. Anamma Nordeste, Marçal Fortes Cavalcante, bem-vindo, e
99 Carlos Ribeiro Filho. Anamma Norte, Claudio Scalli. Bem-vinda! Anamma Sudeste,
100 Santo Pereira de Melo. Bem-vindo! Anamma Sul, Ricardo Ribeiro Haponiuk, bem-
101 vindo, Darci Zanini e Maurício Fernandes. Contag, Rosmari Barbosa Malheiros.
102 Carlos Augusto Santos Silva e Valdisleia de Oliveira Ribeiro. Bem-vinda. Instituto
103 Mira-Serra, Márcio Silva. Obrigada.

104

105

106 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
107 Obrigado Ana Lúcia. Vamos passar agora a item 3, aprovação da transcrição *ipsis*
108 *verbis* da 125ª Reunião Ordinária de 21 de junho de 2017. Aprovação da Ata. Eu
109 coloco em votação, aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram.
110 Aprovado. Vamos agora passar à Tribuna Livre. Então, Ana Lúcia, pode começar
111 pela lista da Tribuna Livre, por favor.

112

113

114 **A SRª. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Nós
115 temos 14 inscritos. Então, eu acho que no máximo 2 minutos pra cada um poder
116 falar. Então, o primeiro inscrito, Vilmar da Silva Rocha, Secretário de Meio
117 Ambiente de Goiás.

118

119

120 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Não tá
121 presente.

122

123

124 **A SRª. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Então,
125 vamos ao segundo. Lisiane Becker, Mira-Serra.

126

127

128 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia! Então, venho aqui
129 externar a minha preocupação compartilhada com a rede de ONGs da Mata
130 Atlântica, com a Confederação Nacional (...) e a Assembleia Permanente de
131 Entidades de Defesa Ambiental do Rio Grande do Sul. O esquecimento do Poder
132 Público pelo Cetas e pelas unidades de conservação. No primeiro caso, o Cetas,
133 né? Centros de Triagem de Animais Silvestres, assistimos o fechamento de
134 unidades ou abandono financeiro delas. Apesar do esforço de funcionários
135 abnegados, as vítimas do tráfico agora morrem pelo sucateamento e descaso, até
136 mesmo pela falta de transporte e destino adequado. Já nas unidades (...), não é?
137 Parques nacionais aqui como destaque para essas unidades de categoria de

138 proteção integral, essas padecem de toda espécie de infortúnio, seja pela gestão
139 que desconsidera a fragilidade ambiental (...) de angariar trocados para a
140 sustentabilidade econômica, seja pela tentativa de recategorização para unidades
141 tão permissivas quanto as APAS, áreas de proteção ambiental. O caso mais
142 grave, não pela primeira vez, e agora se constatou, foi o assassinado do guarda-
143 parque Edilson, por caçadores. Aliado a tudo isso estamos presenciando um
144 retrocesso na base legal ambiental, sem que tenhamos conquistado no mínimo,
145 que volto aqui a lembrar, a implementação do Fundo Nacional de Restauração do
146 Bioma Mata Atlântica, instituído na Lei 11 mil 428 de 2006. A infeliz frase ouvida
147 no Congresso, de que manter floresta em pé tem custo, lamentavelmente e
148 verdadeira. Por outro lado, tem sim, o custo de vidas humanas ceifadas na
149 proteção da nossa biodiversidade. Tem sim, custo inestimável das espécies
150 subtraídas da natureza, que sustentam o nosso padrão de vida. O Brasil é o País
151 com o maior número de assassinatos de ambientalistas, do planeta. Além de
152 implorar por ações energéticas desse Ministério do Meio Ambiente, na defesa do
153 patrimônio natural, eu, então, peço aqui, um minuto de silêncio pelo guarda-
154 parque Edilson que morreu e também pelos seus colegas que sobreviveram,
155 porque só quem sabe quem tá ameaçado, como no meu caso e vários colegas
156 meus que estão na lista de ameaçados de morte, sabe como é importante a nossa
157 atuação na proteção do meio ambiente. Então, nós aqui pedimos esse minuto de
158 silêncio em consideração aos que morreram assassinados e aos que sobrevivem,
159 né? Na condição de protetores. Então, pedimos energicamente ao Ministério que,
160 por favor, tenha atenção pelas unidades de conservação, pelo Cetas, pelos CRAS,
161 que são o último, o último local pra fauna ainda sobreviver e a vegetação. Tá
162 simplesmente no poder da Sociedade Civil, que tá tentando ajudar os parques
163 nacionais e aqui eu cito 3 que estão... Que é o da Serra da Capivara, tá polêmico
164 agora dentro da mídia, tá mais chamando atenção. O da Lagoa do Peixe, que na
165 sexta-feira, no Rio Grande do Sul, tem uma Audiência Pública na Assembleia
166 Legislativa, pra recategorizar em APA, um parque em APA. Então, eu tô pedindo
167 apoio pra isso. Exatamente. E ainda o Parque Nacional, (...) da Serra, que
168 também tá com uma fã de conseguir, como eu falei, que trocados, pra tentar sua
169 sustentabilidade econômica. E são 3 casos que eu particularmente tenho maior
170 conhecimento, né? Fora tantos outros no País e outras unidades de conservação.
171 Obrigada. Eu peço um minuto de silêncio, então.

172

173

174 *(Um minuto de silêncio!).*

175

176

177 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
178 Obrigada Lisiane. Nós vamos recolher essas suas observações e vamos repassar
179 aos órgãos responsáveis, pra que eles possam, por escrito, dar uma notícia sobre
180 esses assuntos levantados, que são graves. Quero só dizer que quando eu
181 cheguei no Ministério, a primeira visita que fiz a uma unidade de conservação foi a
182 Serra da Capivara e lá estávamos com seríssimos problemas, inclusive de gestão,
183 sem recursos, o parque quase fechando, tive com (...) e conseguimos resolver

184 aquele sério problema, emergencialmente. Hoje não tem mais problema de
185 recursos, o parque. E é evidente que tão logo eu soube da tragédia ocorrida lá,
186 com os guarda-parques, me solidarizei primeiro com a família deles, com eles, e
187 levantei essa questão pra que a gente possa dar um encaminhamento definitivo à
188 segurança dos guarda-parques, a segurança dos servidores e servidoras que
189 trabalham nessas unidades de conservação. É uma preocupação constante, eu
190 reconheço que a situação das unidades de conservação é muito difícil, embora
191 também reconheça que os servidores são pessoas extremamente competentes,
192 qualificadas e dedicadas, o que supre, de certa maneira, a falta orçamentária, mas
193 eu espero ainda, nesse curto período que tô na gestão do Ministério, que a gente
194 possa encaminhar soluções mais definitivas. Nós encontramos um passivo muito
195 grande na área ambiental, sob todos os aspectos, vocês viram que agora que nós
196 começamos a reverter a curva do desmatamento que estava ascendente, graças a
197 um esforço tremendo dos órgãos de fiscalização, do Ibama, do Doutor Luciano
198 que aqui está, quem eu quero também, em seu nome, fazer homenagem a todos
199 os fiscais do Ibama que têm se dedicado inteiramente a essa causa. E também
200 recuperamos o orçamento dos órgãos, conseguimos adicionalmente, foi uma
201 discussão que começou. Eu li hoje uma matéria que dizia que o Fundo tinha sido
202 um programa anterior. Não. O Fundo, nós começamos a rediscutir o Fundo da
203 Amazônia, pra que ele pudesse aplicar, no combate ao desmatamento efetivo,
204 parte dos recursos e conseguimos isso. Então, pela primeira vez recursos do
205 Fundo Amazônia, adicionalmente. Nós pegamos um orçamento no combate ao
206 desmatamento que tava em torno de 65, 70 milhões, conseguimos passar de 100
207 milhões com esse fundo. Então, foi um aumento substancial e também a
208 percepção que a sociedade tinha lá na ponta, de que não tinha mais governo, não
209 tinha mais comando, não tinha mais fiscalização, nós também conseguimos
210 reverter. Hoje a presença do Estado, com E maiúsculo, na Amazônia, tá muito
211 bem consolidada e isso tem resultado, realmente, nessa diminuição do
212 desmatamento. Nós recuperamos os órgãos ambientais, o orçamento dos órgãos
213 ambientais de fiscalização, em novembro, meado de novembro do ano passado, a
214 partir daí as operações recomeçaram. Então, nós temos, na realidade, uma parte
215 de novembro, dezembro, até agora, agosto, quando tamos agindo com todo o
216 rigor, com o todo o rigor que a Lei determina. Isso resultou em todas as nossas, os
217 indicativos que recebemos, inclusive ontem foi divulgado aí, pela Imazon, os
218 dados dele, que ano passado eles deram um aumento de 30% e houve um
219 aumento de 20 e... Não. Não. Ano passado houve um aumento do desmatamento
220 de 30%. Não é? Do Imazon. Não, mas o real do INPI foi 20... 29. 29. Quase igual.
221 Esse ano eles deram uma diminuição de 21%. Então, com os outros dados que
222 nós temos, tudo indica que realmente a curva do desmatamento começou a cair.
223 Também os dados que nós temos sobre queimadas, houve uma redução muito
224 grande, nós ainda tamos consolidando esses dados em relação ao não passado e
225 também desmatamentos em unidades de conservação, principalmente nas flunas
226 e nos parques também diminuiu em relação aos últimos desmatamentos. Então,
227 nós tamos no caminho certo. É lógico que muita coisa tem que ser feita, muitos
228 acertos têm que ser feitos, mas de maneira geral a gente tem, apesar de todas as
229 dificuldades, apesar de todo o clima político institucional que tamos vivendo, a

230 gente tem conseguido ser coerente, manter nossos espaços na política sócio
231 ambiental. Então, vamos dar sequência ainda. Francisco Soares.

232

233

234 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos!
235 Francisco Soares, Fundação Rio Parnaíba. Pois bem, senhores e senhoras,
236 companheiros do Conama, eu quero aqui deixar o nosso reconhecimento pelo
237 Seminário que o Ministério do Meio Ambiente realizou em Teresina, no dia 4 e 5
238 agora, para implementar a Política de Combate à Desertificação. Foi positivo
239 Ministro, já aconteceu até o desdobramento, porque esse seminário envolveu o
240 Poder Judiciário, o Ministério Público, os tribunais de conta. Foi um
241 desdobramento. Segunda-feira agora o Tribunal de Contas do Estado do Piauí
242 realizou o seu primeiro seminário com uma implementação dessa Política de
243 Combate a Desertificação. Por impossível que pareça, o Piauí é realmente o maior
244 foco de desertificação do Brasil. Município de Gilbués, mais 15 municípios do seu
245 entorno avança consideravelmente a questão da desertificação. Então, aqui é o
246 Ministro que começou através de agora, de combater a desertificação no Brasil,
247 que o Rio Grande do Sul temos, no Ceará nós temos, mas no Piauí é o principal
248 foco no Brasil. E que implemente, senhor Ministro, que nenhuma atividade que
249 possa degradar o solo, como projetos que vem destruir, mineradora, não seja
250 permitida e que o senhor poderia conseguir com o Governador do Estado, que
251 esses 15 municípios que estão nessa área da influência da desertificação, que o
252 Governador decreta através... Decreto desmatamento zero, porque se esses 15
253 municípios forem sustados o desmatamento zero, porque esses desmatamentos
254 tão ocorrendo mais senhor Ministro, para produção de carvão vegetal através das
255 carvoarias. Então, não vale só o Ministério combater por um lado e tentar breca o
256 avanço da desertificação se o Governo do Estado também não fizer a sua parte,
257 decretando desmatamento zero. Com isso nos permitindo tão somente a
258 agricultura e subsistência, e sobrevivência, como são os agricultores familiares,
259 esses sim, usarão somente o necessário. Pois bem, e viemos aqui dizer para os
260 senhores, enfatizar, agradecer o Governador do Piauí, Secretário de Segurança
261 do Piauí, Fábio Abreu, e o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Piauí, pelo
262 pagamento de uma dívida de 20 anos. Foi criado no Piauí agora, a primeira
263 delegacia, senhor Ministro, a primeira delegacia de combate a crimes ambientais,
264 por sinal coube a uma mulher, a Delegada Bruna, a designação do Governador do
265 Estado do Piauí. Gostaria que ficasse registrado na Ata, nessa Ata, não tudo, até
266 o agradecimento ao Ministério do Meio Ambiente pela realização do Seminário de
267 Desertificação, como ao Governador do Estado do Piauí, Weliton Dias. Ao
268 Secretário de Segurança, Deputado Fábio Abreu. Os Deputados, Ziza, que é
269 Deputado do Piauí, que é secretário aqui, pelo pagamento de uma dívida de 20
270 anos que a Fundação brigava e os ambientalistas, pela criação dessa delegacia.
271 Pois bem, é um começo para punir, acabar com a impunidade dos crimes
272 ambientais do nosso Estado. A outra coisa, senhor Governador, eu gostaria de
273 voltar aqui mais uma vez, dessa tribuna, pra agradecer, o Ministério do Meio
274 Ambiente, ao Governador do Piauí, ao Governador do Ceará e do Maranhão, pela
275 instalação do Comitê da Bacia do Rio Parnaíba, que é uma dívida de 15 anos que

276 nós estamos aguardando. Isso, embora Vossa Excelência acabou de informar,
277 numa proposta de reflorestamento da mata auxiliar da Bacia do Rio Parnaíba, é
278 importante, mas nós tínhamos que instalar esse comitê o mais rápido possível e
279 o... Vossa Excelência poderá fazer isso pelo nosso Estado do Maranhão, nosso
280 Estado do Piauí e o Estado do Ceará, que reuni os nossos 3 Estados. Pois bem,
281 agradecer isso porque se trata de uma dívida de 15 anos. Dívida de 15 anos e nós
282 gostaríamos de voltar aqui também pra agradecer a Vossa Excelência e ao
283 Governador do Piauí, pela instalação do Parque Nacional da Serra Vermelha, que
284 é uma dívida de 10 anos. 20 anos que foi pra... 20 anos exatamente, faz a
285 delegacia de crimes ambientais. 15 anos nós estamos precisamos dessa dívida do
286 Comitê da Bacia e de 10 anos que esse Plenário já aprovou moções nesse
287 sentido. Então, dessa forma nós aguardamos, esperamos que Vossa Excelência
288 faça com que o Parque (...) venha a ser criado, porque ele está na área do... Da
289 área afetada pela desertificação nos municípios, que está entre os 15 municípios
290 que são afetados pelo... E essa unidade de conservação só vai, inclusive, ajudar a
291 combater a desertificação.

292

293

294 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
295 Obrigado Francisco. Nós, conforme eu disse no discurso, a primeira ação da
296 conversão das multas do Ibama, vai ser voltada pra revitalização das Bacias do
297 Semiárido, São Francisco e Parnaíba. Então, foi a fórmula que nós encontramos e
298 tenho certeza que vai ter um avanço muito grande nessa questão. Então,
299 Domingos Ailton. Eu quero lembrar o tempo, porque senão nós vamos acabar
300 prejudicando os outros inscritos.

301

302

303 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia! Em
304 nome do Grupo Ecológico Rios das Contas, GERC, da Bahia, gostaria de registrar
305 a importância de estar sendo reativada a Câmara Técnica de Educação Ambiental
306 do Conama. Nós fizemos uma solicitação junto ao Ministério, gostaria de registrar
307 aqui, é o papel de apoio para que essa Câmara fosse reativada, do Secretário de
308 Relações Institucionais, Edson Duarte e mostrar que a educação ambiental,
309 Ministro, tem que ser algo transversal, não é? Do licenciamento, das unidades de
310 conservação, de todo o processo ambiental. Não pode ser algo isolado, é preciso
311 que a educação ambiental colabore para a mudança do nosso comportamento em
312 relação ao ambiente natural, em relação ao campo e a cidade. Não é? Portanto,
313 esperamos que essa Câmara possa dar uma contribuição importante à discussão
314 das temáticas ambientais de educação ambiental. Nós teremos o fórum, inclusive
315 nacional de educação ambiental, no próximo mês de setembro, em Santa
316 Catarina. E gostaria também, Ministro, de... O senhor falou aí em relação à
317 unidade de conservação, inclusive do parque lá no Piauí. Gostaria também de
318 lembrar que nós temos lá, uma floresta nacional com tendas do Sincorá, que é
319 uma... Numa área de caatinga, é uma das poucas áreas de proteção da caatinga
320 na Bahia e que tem sofrido por falta de recursos, por falta de pessoas para
321 trabalhar, inclusive existe um viveiro lá, todo estruturado, que falta recursos para a

322 produção de mudas, no sentido de estar reflorestando áreas da caatinga. Por
323 último gostaria de registrar que o Comitê da Bacia do Rio das Contas, da qual nós
324 fazemos parte, tem levantado um questionamento em relação ao INEMA, que é o
325 órgão ambiental do Governo do Estado da Bahia, já que esse órgão liberou a
326 construção de duas barragens numa área de nascente do Rio das Contas. Esse
327 rio que é um rio Ministro, importante, é um rio do... Onde os campeões brasileiros
328 das Olimpíadas, não é? Começaram a fazer seu treinamento nesse rio, no Rio das
329 Contas e esse rio que nasce em Piatã, a cidade mais alta da Chapada Diamantina
330 e mais alta do Nordeste do Brasil, vem sofrendo com a degradação e agora com
331 essa construção de duas barragens para produção de batatas. Isso vai afetar
332 ainda mais a situação do rio, não é? E a população ribeirinha dos diversos
333 municípios que compõem o Rio das Contas, tem se levantado em relação a isso.
334 Então, gostaria de registrar esse fato. Muito obrigado.

335

336

337 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
338 Obrigado. Vamos passar agora, Mauro Wicken.

339

340

341 **O SR. MAURO WICKEN (SESBRA) –** Bom dia! Bom dia senhor Ministro! Bom dia
342 membros da Mesa! Bom dia senhores Conselheiros. A minha fala é sobre a
343 proposta de Resolução para utilização do lodo de esgoto. Vim solicitar aos
344 senhores conselheiros que, impeçam a adição pelo Conama e uma Resolução
345 temerária, que não só a pauta por falta dos princípios de precaução como de
346 prevenção. No Brasil não existe controle a tratamento de fármacos presentes no
347 esgoto. É uma verdadeira armadilha a permissão dessa adição de poluentes
348 químicos no solo, comprometendo a sustentabilidade hídrica e agrícola. Proponho
349 que para utilização do lodo na compostagem, a matéria seja retomada na ACT,
350 para que seja feita as devidas adequações, seja priorizando os estudos no recém-
351 criado grupo de estudos do MMA, e MS, que estuda a presença de fármacos na
352 água, e também empreender um imediato programa nacional que promova
353 monitoramento desses poluentes em geral. Muito obrigado.

354

355

356 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
357 Obrigado. Vamos ouvir agora Boisbaudran Imperiano.

358

359

360 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM) –** Senhor Ministro,
361 bom dia! Bom dia a todos, senhoras e senhores. Boisbaudran Imperiano, PROAM.
362 Gostaria de reiterar, senhor Ministro, aproveitando a presença de Vossa
363 Excelência, pedido já feito a várias reuniões, para ampliar o tempo da Tribuna
364 Livre. Como dizia o (...) Professor Paulo Nogueira Neto, esse Plenário é o
365 parlamento ambiental brasileiro, é o momento em que... Desculpem. Diversos
366 Estados aqui estão presentes, é o momento em que ambientalistas do Brasil
367 inteiro estão presentes, para trazer uma palavra, trazer notícias dos seus Estados

368 e o tempo exíguo de 15 minutos é impossível que todos se expressem. Né?
369 Então, reitero o pedido já feito em 3 outras reuniões, de que se estude a
370 ampliação desse tempo da Tribuna Livre, é importantíssimo para que possamos
371 nos expressar livremente e exercer a plenitude da democracia, que é exatamente
372 através da fala, né? Vossa Excelência como deputado sabe da importância da
373 fala, da importância de se trazer palavras e trazer notícias sobre isso. Segundo
374 momento da minha fala, aproveitando o que Doutor Mauro aqui falou, hoje os
375 senhores e senhoras irão votar uma Resolução que trata sobre a utilização de
376 lodo de esgoto para compostagem. Tem um estudo, não é internacional, é
377 nacional, feito pelo Professor Wilson Figueiredo Jardim, do Laboratório de
378 Química Ambiental da Unicamp, publicado no jornal eletrônico da Unicamp de nº
379 576, em que foram estudados nos anos de 2006, 2011, 2012, o lodo de esgoto e a
380 presença de fármacos e hormônios, dentre eles histogêneos, progesteronas,
381 estradiol e estrona, presentes no lodo de esgoto. Lamentavelmente nós ainda não
382 temos tecnologia para retirar essas substâncias do lodo do esgoto. E nós iremos
383 votar hoje aqui, uma Resolução e que trata exatamente da utilização do lodo de
384 esgoto na compostagem. Né? Então, nós estaremos dando um passaporte, caso
385 aprovado, para que nós mesmos, nos nossos produtos, a compostagem vai ser
386 utilizada para a produção agrícola, as substâncias, os alimentos que serão
387 produzidos com a postagem vão conter essas substâncias. Né? Ainda nesse
388 mesmo estudo foi identificado a atrazina, que é um herbicida, fenolftaleína, que é
389 laxante, dipirona, diclofenaco. Todas substâncias que não se consegue retirar de
390 vários produtos. Então, peço vênia e para que... E apelo para o bom senso de
391 vossas excelências, para que vejam o tamanho da gravidade que nós estamos
392 votando. Concordo com a fala do Doutor Mauro, de que essa matéria retorne as
393 Câmaras Técnicas para que seja debatido ou se exclua o lodo de esgoto para a
394 compostagem. Muito obrigado.

395
396

397 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
398 Obrigado. Eu acredito que as matérias quando estão prontas para votação no
399 Plenário do Conama, elas já tiveram um longo caminho de tramitação e de
400 discussão. Essa matéria já passou pela Câmara Técnica, já foi criado Grupo de
401 Trabalho e acho que o momento da discussão técnica é justamente quando está
402 em discussão na Câmara Técnica, com o Grupo de Trabalho. Não dá pra você,
403 depois de toda uma tramitação, no último momento da votação recomeçar tudo de
404 novo. Aliás, há uma queixa muito grande sobre a lentidão das decisões do
405 Conama. Então, é preciso que a gente tenha mais objetividade. E concordo, lógico
406 que temos que falar. No Congresso as Comissões Técnicas é onde se discute o
407 mérito dos assuntos. São nas Comissões Técnicas, como aqui também. Então, é
408 lógico que esses 15 minutos que temos de Tribuna Livre não é pra tratar
409 tecnicamente desses assuntos. São assuntos gerais, segundo eu entendo, que
410 são levantados aqui, um ou outro pode ser puxado, mas o que eu acredito é que a
411 gente deve se dedicar mais as discussões técnicas nas Câmaras técnicas e nos
412 Grupos de Trabalho criados. Eu não vou interferir aqui no processo de votação, na
413 formalização aqui, de como tá já agendado, mas acredito que isso não serve só

414 pra esse assunto que foi trazido agora, mas serve pra todos os assuntos. Depois
415 da discussão na Câmara Técnica, depois da discussão da criação de Grupos de
416 Trabalho, quando já tiver pronto pra ser votado pelo Plenário, nós temos que
417 votar, não dá pra ficar abrindo, reabrindo discussões. Isso eu tô falando de
418 maneira, em tese, não tô falando especificamente de assunto A, assunto B. Então,
419 meu entendimento é esse. Vamos ouvir agora Ronaldo Vasconcelos.

420

421

422 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Organização Ponto Terra) –**

423 Senhor Ministro, Secretário-Executivo Marcelo, Presidente do Ibama, Sueli Araújo,
424 nossa Diretora Ana. Citarei também nosso Secretário Edson Duarte.
425 Companheiros da Sociedade Civil. Companheiros e companheiras do Plenário. Eu
426 quero comentar que há uns 10 anos atrás foi criado o Instituto Chico Mendes de
427 Conservação da Biodiversidade, muito discutido na época. E em Minas nós temos
428 a Coordenação Regional 11, que é situada na Cidade de Lagoa Santa, desse
429 ICMBio. E há 4 anos atrás foi criado o Parque Nacional da Serra do Gandarela,
430 muito importante para a região central de Minas Gerais, não só no aspecto
431 ambiental, mas principalmente na questão de recursos hídricos para a Região
432 Metropolitana de Belo Horizonte, com cerca de 6 milhões de habitantes e para a
433 própria Cidade de Belo Horizonte, que foi uma luta a criação desse parque, de nós
434 ambientalistas como um todo. E esse parque, então, foi criado em 2014. Eu queria
435 comentar que também, agora esse parque já tem um escritório situado na Cidade
436 de (...). Estou repetindo os nomes das cidades, senhor Ministro, pra que fique bem
437 contextualizado, que as pessoas entendam um pouco o que a gente quer falar
438 aqui, pra passar pra esse Plenário, o Parlamento Ambiental Brasileiro, essas
439 informações. E queria dizer, aduzindo ainda mais os elogios que Vossa Excelência
440 já recebeu aqui, de meus colegas, Domingos e do Francisco, né? Fazer o terceiro
441 elogio a administração de Vossa Excelência a frente do Ministério, mesmo lá na
442 Coordenação Regional 11, que é do ICMBio em Minas Gerais, as coisas estão
443 acontecendo. No começo desse ano foi criado o Conselho Consultivo do Parque
444 Nacional da Serra do Gandarela, foi feito uma eleição democrática com
445 participação de todos os setores possíveis envolvidos, inclusive de nós da
446 Sociedade Civil. E eu quero dizer que a Ponto Terra, a ONG que eu represento, foi
447 eleita para ser representante desse Conselho Consultivo pelas outras ONGs, ou
448 congêneres ou amigas, ou adversárias, ou qualquer coisa nesse sentido. E aí a
449 coisa começa a funcionar, não só tem a coordenação como tem o escritório, tem o
450 Conselho Consultivo e esse Conselho Consultivo já fez a sua primeira reunião,
451 depois de toda aquela burocracia, toda aquela documentação que é necessária,
452 transparente, fez a primeira reunião na Cidade de Santa Bárbara, talvez em
453 homenagem ao Prefeito, que não assinou a carta de continuidade para a Samarco
454 em relação ao seu licenciamento ambiental. Repito, o Prefeito da Cidade de Santa
455 Barbara não assinou a carta necessária para que a Samarco encaminhasse o seu
456 processo de licenciamento ambiental. Não quero entrar no mérito da discussão.
457 Eu tô dando a notícia. O Prefeito não assinou. Então, o processo fica com mais
458 dificuldade. Houve a segunda reunião semana passada, quarta-feira, na Cidade
459 de Itabirito. O que eu quero dizer Ministro, sem nenhum tipo de louva, sem

460 nenhum tipo de exagero nas minhas falas, que com Vossa Excelência na frente do
461 Ministério, o Ministério anda, o Ministério acontece, seja aqui em Brasília, seja em
462 outros rincões, mas também em Minas Gerais, em uma questão que para muita
463 gente pode não ter tanta importância, mas a Serra do Gandarela é um recurso
464 aquífero para a Cidade de Belo Horizonte, cidade onde nós moramos e que nós
465 gostamos. Eu peço desculpa as pessoas que talvez não entendam o que eu quero
466 dizer, mas pra nós, de Minas Gerais, da Região Metropolitana, é muito importante
467 o parque, o seu Conselho Consultivo, a sua manutenção. Nenhum pedido
468 Ministro, felizmente, mas na verdade, um elogio à interiorização do trabalho de
469 Vossa Excelência, que talvez nem tivesse essas informações do ICMBio em Minas
470 Gerais. Não vou te elogiar Sueli, (...) de muitos Fóruns aí. Hoje eu vou elogiar o
471 ICMBio. Obrigado a todo mundo.

472

473

474 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
475 Obrigado Ronaldo. Vamos passar agora, Roney Alves da Silva, do Movimento
476 Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

477

478

479 **O SR. RONEY ALVES DA SILVA (Movimento Nacional dos Catadores de**
480 **Materiais Recicláveis) –** Bom dia a todos e a todas! Bom dia Ministro! Pra nós
481 catadores é extremamente importante a participação no Conama pra trazer alguns
482 pontos de vista e principalmente da nossa vivência ao longo dos anos no
483 tratamento dos resíduos sólidos no Brasil a fora. Bem, a situação em nada mudou,
484 ou muito pouco melhorou desde a Política Nacional de Resíduos e uma das
485 grandes bandeiras que nós temos é a reciclagem popular no Brasil, que é uma
486 coisa que infelizmente a gente não tem conseguido vencer. Uma das lutas que se
487 tinha é para o fechamento dos lixões e hoje a luta é pra que materiais recicláveis
488 não sejam enterrados nos aterros sanitários, uma coisa que tá acontecendo muito
489 fortemente em todo Brasil, principalmente aqui em Brasília. Por quê? Porque não
490 se implantou coleta seletiva efetivamente como deveria ser. Não se segrega como
491 está no Decreto da Lei os resíduos em, resíduos secos e resíduos úmidos. Uma
492 coisa que parece ser tão simples de entendimento, mas existe uma forte
493 articulação de quem ganha muito dinheiro pra se enterrar lixo no Distrito Federal e
494 no Brasil a fora, pra que o mínimo possível se perca. Então, nós estamos
495 enfrentando esse problema Ministro, nós estamos enfrentando esse problema aqui
496 em Brasília, infelizmente, e nós estamos, inclusive, querendo fazer uma emenda
497 na Resolução que vai ser votada hoje pra questão do orgânico, que a gente
498 acredita que existe a possibilidade da... Que a gente possa reaproveitar o máximo
499 possível, tanto os materiais recicláveis quanto os orgânicos. Então, a gente vai
500 apresentar uma emenda e a gente gostaria do apoio de todos pra que essa
501 emenda seja aprovada, pra que a gente não misture materiais recicláveis e
502 orgânicos em rejeito. Porque o rejeito, ele é o que sobra do tratamento, tanto da
503 parcela orgânica quanto da parcela seca. Se as pessoas tiverem que tirar o rejeito
504 diretamente em casa, a gente acredita que muito vai se perder. Então, a gente

505 pede o apoio de todos e todas aqui, no apoio pra que seja aprovada essa emenda,
506 essa Resolução que vai ser votada daqui a pouco. Muito obrigado.

507

508 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
509 Obrigado. Vamos passar a palavra agora, Monsã, Ademasp. Edson Duarte, por
510 favor, vem pra mesa aqui, por favor.

511

512

513 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (Ademasp) –** João Batista Monsã,
514 Ademasp, suplente do Doutor Paulo Nogueira Neto. Vossa Excelência já deu
515 ênfase ao que eu gostaria de falar, que é o Seminário que nós vamos ter amanhã
516 e depois, sobre o desastre da Samarco, lá do Rio Doce. É muito importante que
517 toda a plateia, todos os companheiros do Conama compareçam e acompanhem,
518 porque é muito importante esse debate, essa discussão, porque o maior desastre
519 econômico... Perdão. Maior desastre ambiental que o País já passou. É uma coisa
520 louca. Vamos levar mais de 100 anos para recuperar o Rio Doce, se recuperar.
521 Obrigado.

522

523

524 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
525 Obrigado. Realmente Monsã, é uma preocupação nossa, desde... Foi a primeira
526 visita, eu não sei se já falei pra vocês. Quando eu assinei o Termo de Posse, no
527 dia seguinte, ao invés de eu ir pro gabinete, eu viajei pra Mariana, pra sinalizar a
528 importância que a gente dava a esse episódio e a Sueli que acabou de se retirar,
529 tá justamente participando agora dessas reuniões e desse Seminário que vai durar
530 até depois de amanhã. Então, uma coisa é certa, nós estamos fazendo o nosso
531 papel com rigor e acho que exemplos têm que ser tirados dessa tragédia.
532 Obrigado. Vamos ouvir agora Dinamam Tuxá. Atinia Tuxá. (...).

533

534

535 **O SR. DINAMAM TUXÁ (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) –** Bom,
536 eu quero saudar todos, dar um bom-dia. Eu sou coordenador-executivo da
537 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e eu vou ser bem breve. Bom Ministro,
538 eu quero parabenizar também, né? A situação da redução do desmatamento na
539 Amazônia, é importante a gente também frisar quando acerta e quando erra.
540 Então, nós temos que deixar isso em evidência. Mas também quero aqui repudiar
541 um ato do Ministro da Justiça, que revogou a Portaria declaratória pra terra
542 indígena Guarajá... Em Jaraguá, São Paulo. Então, eu quero aqui externar meu
543 total indignação, porque lá se trata de uma terra indígena já declarada. Então, o
544 (...) anulou essa Portaria declaratória do Jaraguá, a qual uma área muito risória,
545 muito pequena, de 1.7 hectares a qual reside 700 guaranis de forma confinada.
546 Infelizmente em um ato genocida, etnocida, ele mais uma vez vem praticar uma
547 violência contra os povos indígenas. E lá se trata de uma área de grande
548 preservação, né? Infelizmente, por interesses econômicos, os povos indígenas tá
549 sendo mais uma vez penalizado por um ato nefasto que nos deixa cada vez mais

550 sendo violentados. Enfim, eu queria só externar isso pra que todo mundo tome
551 conhecimento.

552

553

554 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
555 Obrigado Dinamam. Nós, eu tenho uma história ao lado das comunidades
556 indígenas, dos povos indígenas e lamento muito que isso teja ocorrendo. No
557 âmbito do Ministério, que a Funai não faz parte, ela é do Ministério da Justiça,
558 tudo aquilo que a gente tem podido fazer pra fortalecer as áreas indígenas, as
559 terras indígenas, nós temos feito. 5 projetos do Fundo da Amazônia nós
560 conseguimos já recurso, e esses projetos estão em pleno andamento, todos em
561 terras indígenas, e acho que isso vai ajudar a consolidar essas áreas. Mas é
562 realmente inexplicável que num momento como esse se faça esse tipo de ação.
563 Eu não sabia, eu tô tomando conhecimento agora, porque a nossa agenda é muito
564 diversificada, mas é lógico que naquilo que puder ajudar e tentar fazer com que o
565 conjunto do Governo compreenda a importância das terras indígenas, não só na
566 questão ambiental, socioambiental, na questão cultural, mas também porque as
567 terras indígenas elas têm um papel muito importante na preservação dos nossos
568 biomas, principalmente na Amazônia. Então, a gente tem que reforçar essa
569 política que gerou essas terras indígenas e não enfraquecer. Então, tem a minha
570 solidariedade e eu vou tratar desse assunto dentro da minha competência.
571 Competência administrativa. Bem, vamos, então, ouvir agora a Zuleica Nycz, da
572 Apromac.

573

574

575 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Bom dia! Bom dia a todos! Eu quero... A
576 minha fala é pra parabenizar o esforço do Ministério do Meio Ambiente, do
577 Secretário de Recursos Hídricos, Doutor Jair, da equipe do Departamento de
578 Qualidade Ambiental, que depois de tantos anos, nós temos duas moções aqui no
579 Conama, uma de 2007, pedindo uma política nacional de mercúrio e uma moção
580 de 2014, pedindo a célere ratificação do Tratado de Minamata sobre o mercúrio.
581 Finalmente o Brasil ratificou. Isso é uma grande alegria para as ONGs do mundo
582 inteiro, são muitas poucas ONGs no Brasil. Eu quero, inclusive prestar uma
583 homenagem aqui, a Associação de Combate aos Poluentes de Santos, que,
584 formada por trabalhadores contaminados na indústria de cloro álcalis, em
585 Cubatão, que iniciaram essa discussão no Brasil, do ponto de vista do trabalhador
586 contaminado e do meio ambiente, da saúde, e trouxeram a discussão da saúde
587 ambiental para o Brasil, já na década de 90. E eles é que iniciaram a discussão
588 com as ONGs internacionais em 2002, criaram o (...) e que começou, né?
589 Lançaram um relatório chamado mercúrio bomba relógio, muito interessante, o
590 Michael Bender dos Estados Unidos e o Richard Gutierrez das Filipinas. E aí virou
591 Zero Mercury Working Group, que é um conjunto de ONGs internacionais que
592 APROMAC e a CPO fazem parte, com muita honra. E hoje a gente vê esse
593 tratado entrando em vigor já, no mundo, no dia 16 de agosto entrou em vigor. A 1^a
594 Conferência das partes será no mês que vem e isso é muito importante pro Brasil
595 e eu queria chamar atenção, que todos os tratados químicos são muito

596 importantes pro Brasil, apesar de parecerem tão distantes da nossa realidade,
597 estão profundamente perto da gente. Os poluentes orgânicos persistentes que tem
598 que ser banidos, o mercúrio que precisa ser banido nos produtos, justamente
599 estamos falando hoje de compostagem, e poucas pessoas fazem a relação entre
600 a falta de uma política de controle das substancias tóxicas na origem, nos
601 produtos que são vendidos, e o que vai acontecer lá na ponta, no aterro sanitário,
602 e o que vai ser, então, entrar em contato com as comunidades. No caso do
603 mercúrio nós temos também, além do problema das... 4 plantas de cloro álcalis
604 que ainda usam tecnologias de mercúrio e que deverão fazer o (...) até 2020, a
605 gente ainda tem o problema grave do garimpo de ouro, né? Então, envolvendo
606 todas as comunidades da Amazônia, de todos os países, na Ásia, na África. Existe
607 agora um movimento mundial pra colocar isso em ordem, mínima ordem possível.
608 Por que mercúrio? Porque o mercúrio se evapora a temperatura ambiente, ele não
609 é como chumbo, como cádmio, ele tem uma alta mobilidade na atmosfera do
610 planeta e a atmosfera do planeta está supercarregada de mercúrio, desde o início
611 da revolução industrial até hoje, nós conseguimos triplicar ou quadruplicar a
612 presença do mercúrio na atmosfera. É extremamente tóxico, uma neurotoxina.
613 Então, eu peço uma política. Nós temos uma moção de 2007, embora o texto já
614 esteja um pouco defasado, mas nós pedimos em 2007, uma política nacional do
615 mercúrio. Então, esse é o meu apelo. E só lembrar mais uma coisinha, bem
616 rápida. Sobre a questão das Câmaras Técnicas do Conama, nós precisamos
617 rediscutir algumas coisas. Nem tudo é técnico. (...) diz que a ciência e a técnica
618 são instrumentos da ideologia. Então, nós precisamos aperfeiçoar o sistema de
619 discussão das Resoluções, para que a gente tenha realmente uma coisa bem
620 construída no final, com base científica. É preciso que o Ministério do Meio
621 Ambiente comece a produzir documentos e estudos antes de fazer uma
622 Resolução, inclusive dos impactos da Resolução sobre... Como a indústria faz o
623 impacto regulatório, nós temos que fazer também em relação a meio ambiente e
624 saúde. Então, nós não estamos fazendo isso. Nós estamos aprovando Resoluções
625 no escuro. Esse é o problema. Obrigada.

626

627

628 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
629 Obrigada. Eu pediria, Doutora Zuleica, que fizesse por escrito essa sugestão, de
630 discussão das Câmaras Técnicas, de rediscussão, aliás, está aberto a todos,
631 qualquer sugestão vamos passar aqui pra Secretaria Executiva do Conama e
632 depois nós vamos fazer uma reunião administrativa interna, pra ver o que a gente
633 pode aperfeiçoar. Bem, vamos passar a palavra a Luiz Paulo Amaral, da Renctas.

634

635

636 **O SR. LUIZ PAULO AMARAL (RENCTAS)** – Antes de mais nada bom dia
637 Ministro! Bom dia todos os Conselheiros, aos senhores da mesa. Ministro, aqui a
638 gente cita várias questões pontuais, regionais, que se faz sentir toda a carga de
639 problemas, e é mais fácil você pontualizar, e tentar solucionar. Mas o que a gente
640 traz aqui é um problema que a gente tá vivendo com a fauna e quando a gente
641 fala de forma genérica de um bem ambiental que abrange o País todo e não

642 pontual, aqui ou ali, a gente cai na questão da gestão. As propostas hoje, que
643 tramitam no Conama em relação à fauna, elas foram propostas emanadas pelo
644 antigo Ministério, pela antiga Ministra e elas são propostas que estão muito
645 distanciadas de um discurso que adeque ou pelo menos convirja com os demais
646 gestores de fauna. Desde a LC 140 os Estados que hoje têm a competência para
647 isso, ficaram distantes das discussões. E as propostas que vieram do ex-
648 presidente do Ibama, que se encontram em pauta no Conama, principalmente
649 aquelas que estão na Câmara Técnica de Biodiversidade, elas não foram pré-
650 discutidas com os Estados. Isso traz uma lesão muito grande pra quem tá
651 discutindo lá, porque levar as questões técnicas não são suficientes. Nós temos 7
652 anos de LC 140, Lei Complementar 140 e até hoje os Estados efetivamente não
653 assumiram a gestão. E por não haver o diálogo, por haver apenas matérias
654 impositivas da antiga gestão, Senhor Ministro, acontece que estamos vendo
655 conflitos na gestão de fauna em todo o País. Conflito entre a gestão dos Estados e
656 a gestão da União, através do órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, o
657 Ibama. Então, eu acredito que a gente precise, ao invés de tentar soluções
658 impositivas da União aos Estados, um diálogo prévio para que a Câmara Técnica
659 de Biodiversidade possa ser produtiva e possa, pelo menos as entidades
660 ambientalistas que lá estejam, possam contribuir de forma técnica, já com uma
661 gestão previamente arrumada, entre aqueles que vão fazê-la. Nós temos 7 anos
662 Ministro, infelizmente ainda estamos nessa pendência. Temos enfrentado conflitos
663 em todo o País, as imposições que vieram, perdoe-me, não queria fazer essa
664 crítica, mas as imposições que vieram do Governo anterior deveriam ser revistas,
665 o mais urgentemente possível. Tá ok? Eu quero deixar claro que a fauna de todos
666 os bens ambientais, ela acaba sendo a última que a gente dá atenção, talvez por a
667 gente não visualizar um problema pontual, e sim como ela tá no País inteiro, e ela
668 é parte integrante dessa biodiversidade que nenhum outro País detém, ela acaba
669 sendo fundamental nessa discussão, mas muito renegada na hora da gestão.
670 Então, após 7 anos nós ainda estamos patinando na gestão. E queremos
671 aproveitar, Ministro, a sua presença aqui, porque na década de 90 foi brilhante a
672 gestão de fauna comparado ao que a gente teve até o presente momento. Então,
673 eu gostaria que o Ibama... Infelizmente a Doutora Suely já se retirou, mas que o
674 Ibama começasse a pensar, não em soluções impositivas das suas equipes
675 técnicas e sim soluções consensuadas, para que as questões cheguem no
676 Conama de uma forma que a gente já tenha visualizado a forma de gestão, nem
677 que seja compartilhada e que a gente possa dar as colaborações técnicas. Uma
678 das questões mais prementes a se discutir hoje é exatamente os Cetas, os CRAS,
679 alguns sendo repassados pra Estado que não tem previsão de custeio, não tem
680 verba designada e criando conflitos e problemas sérios. Quem sofre com tudo
681 isso, muito mais do que a sociedade brasileira, é a fauna nacional. Eu acho que a
682 gente tem que dar profunda atenção nessa biodiversidade e nenhuma das 204
683 nações do mundo detém como o Brasil detém. Então, eu gostaria que o Ibama
684 atentasse a isso, senhor Ministro e a política do Ministério do Meio ambiente seja
685 focada nisso.
686
687

688 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
689 Obrigado Luiz Paulo. Nós temos tido um cuidado especial nesse assunto e o
690 Edson Duarte que é o nosso Secretário de Relações Institucionais, é quem tá
691 coordenado esse assunto. Eu passo a palavra rapidamente para um pequeno
692 esclarecimento aí Edson.

693

694

695 **O SR. EDSON DUARTE (SAIC/MMA)** – O informe, o Ministro fez publicar a
696 Portaria da nova Tripartite Nacional e hoje tivemos um momento importante, que
697 foi a primeira reunião com a presença do Governo Federal, do Ministério do Meio
698 ambiente, Abema, Anamma e entre os 6 pontos destacados como os mais
699 importantes, já como ponto de pauta pra ser tratado pela Tripartite, foi exatamente
700 o tema da abordagem feita aqui, agora. Então, esse é um assunto importante, foi
701 levantado e é um dos temas a ser tratado pela Tripartite.

702

703

704 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
705 Jacimara também vai dar um pequeno informe.

706

707

708 **A SR^a. JACIMARA GUERRA MACHADO (Ibama)** – Eu gostaria de comunicar
709 que a gente vai conversar com a Diretora de Biodiversidade (...) e tentar esse
710 contato com o pessoal do Renctas, pra que a gente possa entender melhor o quê
711 que é que precisa ser revisto. Então, eu já peço que no final ele me dê aí, os
712 contatos, pra que a gente possa sentar e conversar em conjunto. Obrigada.

713

714

715 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
716 Obrigado. Rogério Menezes.

717

718

719 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional)** – Muito bom-dia a
720 todos e a todas conselheiras do Conselho. Eu queria pedir licença aqui, pra
721 cumprimentar a todas as autoridades na pessoa do Ministério Zequinha Sarney, a
722 pessoa da Doutora Ana Dolabela, a pessoa do Secretário Edson Duarte e trazer o
723 informe da Anamma. A Anamma realizou, conduziu, coordenou o encontro, dia 10,
724 11 e 12 de julho em Campinas, que se chamou Fórum Brasil de Gestão Ambiental.
725 Eu tive a oportunidade de convidá-los aqui, pro Fórum, na reunião anterior do
726 Conama e o Fórum foi realizado com 8 mil presenças de quase 20 Estados da
727 Federação, 8 mil pessoas, 20 eventos paralelos, mais de 20 entidades parceiras.
728 Foi um sucesso. E nós realizamos também, o 25º Encontro Nacional da Anamma,
729 que elegeu a diretoria da Anamma pro próximo biênio. Eu tive a satisfação com a
730 presença de mais de 300 municípios do País, ser reconduzido a Presidência da
731 Anamma, Nacional da Anamma no próximo biênio. Elegemos a nova diretoria no
732 25º Encontro Nacional da Anamma. Então, eu passo, continuo a presidir a
733 entidade como Secretário do Verde de Campinas. E o 1º Vice-Presidente, Senhor

734 Mário Lousada, de Cachoeira do Itapemirim, Espírito Santo. 2º Vice-Presidente,
735 André Moreira Fraga, de Salvador, Bahia, que também é o Presidente do CB 27,
736 congrega os secretários de meio ambiente das capitais brasileiras. Então, fazer
737 esse registro. E por último, na abertura do Fórum Brasil, existiram 2 atos de
738 grande significado pra nós, pros municípios, pros órgãos gestores municipais de
739 meio ambiente e do País, que foi a retomada da Tripartite Nacional, já foi
740 mencionado aqui pelo Secretário Edson. Parabéns Ministro, porque com certeza
741 esse canal de diálogo previsto na Legislação para o Sisnama, pra que converse,
742 Governo Federal, Estados e municípios, pode agora ser rebatido, retomado no
743 âmbito dos Estados brasileiros, pra que os municípios possam estar à mesa de
744 conversa, de diálogo permanente. Tivemos uma reunião muito proveitosa hoje, a
745 primeira reunião da Tripartite Nacional, estamos muito entusiasmados com isso. E
746 a segunda notícia importante foi a assinatura de um Termo de Cooperação
747 Técnica entre o Ibama e a Anamma, para fins de acompanhar a questão da Taxa
748 de Controle e Fiscalização Ambiental. A tese é simples Ministro, com a presença
749 dos municípios que estão fiscalizando na equação, se amplie a base do Cadastro
750 Federal do Ibama e com isso pode-se realmente, fazer com que isso chegue a
751 mais empresas que realmente estão lá na ponta, que hoje não estão cadastradas,
752 não sendo fiscalizadas. O município pode ajudar o Ibama a aumentar essa base
753 de arrecadação, com isso esse recurso vai chegar em maior quantidade, tanto pro
754 Ibama quanto aos Estados, que hoje isso é subnotificado, existe um número muito
755 pequeno no Cadastro Nacional de Atividades Poluidoras, em relação ao total das
756 atividades que existem na ponta. Os municípios querem colaborar pra isso, de
757 mãos dadas com o Ibama nós vamos aumentar a arrecadação e fazer com que
758 através de planos estaduais, de aplicação do TSFA, esses recursos possam
759 finalmente chegar na ponta aos municípios brasileiros. Quero, então,
760 cumprimentar por esses 2 avanços e dizer que toda a nova diretoria da Anamma
761 já tá aqui traduzida na sua nova representação, com vários diretores presentes
762 aqui. Hoje eu não vou citar todos os municípios que compõem a nova diretoria,
763 mas são mais de 30 municípios, inclusive 4 capitais brasileiras. Muito obrigado.

764

765

766 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** –
767 Obrigado Rogério. Parabéns pela sua recondução, tem feito uma grande gestão. E
768 eu até iria nesse encontro, não pude ir, teve um imprevisto, mas os relatos que me
769 deram foi que foi uma belíssima reunião da Anamma. Bem, vamos agora ao último
770 inscrito, Aderson Aguiar, de Minas Gerais, do Governo de Minas Gerais.

771

772

773 **O SR. ANDERSON SILVA DE AGUILAR (Governo de Minas Gerais)** – Bom dia
774 senhoras e senhores. Cumprimento a mesa em nome do Ministro. Como já foi
775 relatado no item anterior, sou conselheiro novo. Então, vim me apresentar e
776 colocar a disposição do Conselho, no que for possível a nossa experiência lá em
777 Minas Gerais, a nossa expertise também, profissional e de formação. Gostaria de
778 fazer alguns agradecimentos, aproveitando a oportunidade. Na Plenária anterior o
779 Conselheiro Ronaldo Vasconcelos fez um destaque aqui, a ação do Conselho de

780 Política Ambiental de Minas Gerais, em especial da publicação de 2 instrumentos
781 importantes, que é a Deliberação Normativa nº 213, que trata da atribuição da
782 competência originária aos municípios, que é um avanço que a gente tem buscado
783 no Estado de Minas Gerais, a cooperação do Estado junto com os municípios e
784 que os municípios possam assumir as suas competências originárias,
785 primeiramente na fiscalização, também na regularização ambiental e no controle,
786 né? Da gestão ambiental. Vou ratificar aqui, algumas palavras, de que a ação
787 compartilhada junto com o município traz pra gente uma capilaridade, uma
788 descentralização que contribui muito, sobretudo na qualidade de vida das pessoas
789 e também na qualidade ambiental. Agradecer ao Ronaldo também, pela citação da
790 outra norma que nós publicamos lá em Minas Gerais, através do Copam, que é a
791 Deliberação Normativa 214, coincidentemente é logo após a 213, que trata da
792 educação ambiental nos processos de licenciamento ambiental, uma norma que tá
793 sendo bem avaliada por muitos Estados brasileiros, avaliado como uma norma
794 moderna, uma norma que tá avançando em relação às questões de educação
795 ambiental, uma norma vinculada ao Licenciamento Ambiental, mas sem abrir mão
796 de outras frentes de trabalho da educação ambiental, também vinculada aos
797 municípios que têm participado, em muito, sobre esse tema, e que a gente precisa
798 resgatar, e avançar, inclusive com os fóruns nacionais. E por último fazer um
799 agradecimento, eu acho que hoje vai ser uma coleção aqui, pro Ministério do Meio
800 Ambiente, o apoio que tem dado na capacitação dos gestores municipais, onde
801 essas duas normas elas são importantes e com esse apoio do Ministério do Meio
802 Ambiente, nessa capacitação, traz ao município a informação, o conhecimento, a
803 capacitação técnica, jurídica e a administrativa, pra que ele possa fazer as suas
804 atribuições originárias e contribuir muito na gestão ambiental. Vou reforçar, então,
805 a participação aqui no Conselho e me colocar a disposição. Muito obrigado.

806

807

808 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**
809 Obrigado. Bem, nós vamos passar agora a nova etapa, mas antes eu gostaria de
810 fazer o registro, que aqui tá presente o Tarcísio Mossato, é o novo Presidente da
811 Abema. Então, parabéns também, pela sua condução e esperamos que nós
812 possamos ter um diálogo aberto, como tenho tido desde que assumi o Ministério,
813 tanto a Anamma quanto a Abema tem sido parceiras importantes nas nossas
814 discussões, no encaminhamento de soluções. E faz parte, não se pode hoje... Eu
815 sou o autor da Lei Complementar 140. Então, eu sei que hoje Estados e
816 municípios têm um papel importante, muito mais importante até do que a União.
817 Então, cada vez mais é preciso que a gente faça uma política conjunta. Então,
818 parabéns Tarcísio, sucesso aí, na sua gestão. E eu já convido também pra
819 assumir os trabalhos, a nossa Secretária-Executiva, pra dar sequência a nossa
820 reunião, já aí, já mais da parte executiva. O Edson pediu a palavra. Quer dar um
821 informe antes de eu me retirar, porque eu vou ter que me retirar.

822

823

824 **O SR. EDSON DUARTE (SAIC/MMA) –** Também nesse sentido, ontem foi
825 constituído o Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente do Nordeste, e

826 conduzido aí a nova direção, sob a coordenação do Secretário Artur Bruno, que é
827 Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Então, um marco importante
828 que foi a Constituição ontem, do Fórum de Secretários do Nordeste, pra uma
829 pauta importante, sobretudo a mais importante de todas nesse momento, que é a
830 questão da seca e combate ao avanço da desertificação no semiárido brasileiro. O
831 Artur que tá aqui presença.

832

833

834 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Muito
835 bem. Então, passar a presidência agora pro Edson e a condução dos trabalhos
836 pra nossa Secretária-Executiva. Obrigado.

837

838

839 **O SR. EDSON DUARTE (SAIC/MMA)** – Bom, dando início, então, aos trabalhos,
840 até porque eu convido Deus a assumir os nossos destinos. Deus, por favor. A
841 presidência foi curta.

842

843

844 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom-dia
845 senhoras e senhores conselheiros. Bom-dia! Bom, vamos dar continuidade a
846 Ordem do Dia, a nossa pauta. Nós estamos agora... Eu gostaria de chamar o meu
847 colega, companheiro Rafael, consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente,
848 pra fazer uma apresentação sobre os resultados parciais do Grupo Assessor ao
849 Plenário, que trata da revisão, da revisão das Resoluções Conama a luz da
850 Legislação superveniente.

851

852

853 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (MMA)** – Prezados, primeiramente bom-
854 dia a todos. A importância do GA do Conama é muito premente. O ponto principal
855 do GA, do Grupo Assessor, é tratar de segurança jurídica. Então, eu acredito que
856 é o fortalecimento, na verdade, do trabalho do Conama, a gente dar a sociedade,
857 dar aos atores sociais a segurança jurídica necessária pra as suas Resoluções. A
858 incompatibilidade das Resoluções hoje, com a Legislação superveniente, provoca
859 uma série de incertezas nos empreendimentos, nos licenciamentos, na nossa
860 atuação diária. Então, é nesse sentido que o Grupo Assessor tem trabalhado. Da
861 reunião anterior, da de nº 125 da Plenária pra essa, nós tivemos apenas uma
862 reunião do Grupo Assessor. Então, uma reunião aconteceu ainda agora, na
863 segunda-feira, sequer foi possível ainda até fazer a Ata dos trabalhos que foram
864 adotados, mas eu vim trazer, além de trazer, reiterar essa importância do Grupo
865 Assessor, eu vim trazer apenas o informe em relação a uma das Resoluções que
866 foi analisada, que foi a Resolução 264 de 99, que trata do licenciamento de fóruns
867 rotativos de produção de clínica, para atividades de coprocessamento de resíduos.
868 Ela foi relatada pelo Doutor Bruno, a quem agradeço aqui, mais uma vez e em
869 nome de todos os colegas que trabalham no Grupo Assessor. E sobre ela não foi
870 verificado nenhuma incompatibilidade jurídica. Demais informes, na próxima
871 reunião Plenária nós vamos trazer já a consolidação do que foi feito nessa

872 reunião, já com a Ata e encaminhamentos propostos. Na próxima reunião do
873 Conama nós vamos trazer essa apresentação. Eu queria agradecer a todos e
874 colocar o Grupo Assessor a disposição. Então, havendo Resoluções em que tenha
875 dúvida jurídica quanto a sua validade, é esse o nosso trabalho e nós continuamos
876 muito... Trabalhando muito nesse sentido pra trazer a segurança jurídica
877 necessária. Obrigado.

878

879

880 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
881 Rafael. Parabéns pelo trabalho, obrigado também pela concisão em brevidade do
882 informe. Passamos agora ao item 6 da pauta, que é a apresentação à mesa de
883 pedidos de inversão de pauta, e por escrito os requerimentos de urgência,
884 proposta de moção, e de recomendação. Por favor, senhores conselheiros, a
885 mesa tá à disposição. Stroski, Secretário de Meio Ambiente do Amazonas.

886

887

888 **O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Secretário do Meio Ambiente do**
889 **Amazonas)** – Bom-dia a todos e a todos. Antônio Stroski, Secretário de Estado do
890 Meio Ambiente do Amazonas. Nós estamos trazendo, Deusdará, uma proposição
891 pro Conama, é a respeito da Resolução Conama 474, que teve a aprovação esse
892 ano e nós temos uma demanda de todos os Estados, notadamente dos Estados
893 do bioma amazônico, sobre o coeficiente a CRV. E eu vou chamar aqui o
894 Justiniano no meu tempo cedido, porque ele tem as informações, o detalhamento
895 dessa proposição. Justiniano.

896

897

898 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza
899 Doutr Justiniano, Secretário do Municípios Verdes do Estado do Pará, com a
900 palavra.

901

902

903 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Municípios Verdes do Estado do**
904 **Pará)** – Obrigado Secretário Stroski, obrigado. Cumprimento o nosso Diretor-Geral
905 Deusdará e os demais conselheiros aqui presentes. Eu vou tomar a liberdade de...
906 Ah, tá aqui. Tá projetado aqui. A gente fez uma breve apresentação, são poucos
907 slides, pra melhor explicar o tema para os conselheiros. Na verdade, nós
908 queremos abordar a questão da Resolução 474, do ano passado, de abril do ano
909 passado, essa Resolução ela produziu alterações na 411, que define, dentre
910 vários assuntos, o coeficiente de rendimento, de aproveitamento da tora para a
911 madeira serrada. Pode passar, por favor. Então, essa Resolução 474 ela alterou a
912 411 e ela propôs um novo coeficiente de rendimento volumétrico, reduzindo de 45
913 para 35%. A partir dessa Resolução, estudos técnicos deveriam ser apresentados
914 aos órgãos ambientais estaduais, para os casos superiores a 35. Então, ela
915 estabeleceu um padrão para os empreendimentos florestais, madeireiro, e quem
916 estivesse acima desse padrão deveria apresentar um estudo técnico ao órgão
917 ambiental, e o órgão ambiental deveria analisar e aprovar. Sucede que os estudos

918 até, então, apresentados ou aprovados pelos órgãos ambientais, demonstram que
919 a média é bastante superior aos 35% previsto na Resolução e é sobre isso que
920 nós queremos tratar. Pode passar. Então, a gente traz aqui, a gente colocou um
921 fato ao material comprobatório anexo no expediente que submetemos a mesa e
922 aqui alguns exemplos. Por exemplo, no Estado do Pará, das 300 empresas ativas
923 já temos 96 estudos protocolados. E aqui é um laudo, não sei se... Consegue
924 visualizar bem ali, mas é só um exemplo, é um laudo feito pela Universidade
925 Federal Rural da Amazônia, aonde ela fez uma análise, vários empreendimentos
926 florestais do Pará e classificou em 3 tipos. O tipo 1 é aquela serraria convencional,
927 sem grandes maquinários, modernos, que permitam melhor aproveitamento. O
928 tipo 2 e tipo 3 já são empresas um pouco mais sofisticadas. Vejam ali que no tipo
929 1 a média encontrada foi de 47%. E no tipo 2 e tipo 3 de 59%. Ou seja, a média,
930 mesmo para empreendimento convencional, declarado pela universidade, é
931 superior aos 45 que anteriormente estavam vigente e bastante superior aos 35%
932 propostos, alterados pela Resolução. Pode passar. Pode passar o slide. O Estado
933 do Acre e Mato Grosso, eu trago como exemplo também. O Estado do Acre
934 chegou, o Conselho Técnico Florestal do Estado do Acre aprovou agora em maio
935 uma moção pedindo que essa Resolução seja alterada, pedindo que ela seja
936 adiada para a safra de 2018 e que os estudos técnicos atuais que estão sendo
937 apresentados aos órgãos ambientais, seja considerado por este Conama. O Acre
938 tem 16 empresas ativas, são poucas empresas, até o momento teve 4 estudos
939 aprovados, todos feitos em parceria com a Universidade Federal Rural do Acre.
940 Esses estudos deram média de 55%. O Estado do Mato Grosso tem 773
941 empresas ativas, teve 406 estudos apresentados, 299 já aprovado e a média
942 superior a 45%. A gente apresenta aqui estudos de 66, 62%, já analisados e
943 aprovados pela Sema do Mato Grosso. Pode passar. Eu trago também como
944 ilustração o caso de Rondônia, tem 300... Também aprovou uma moção no seu
945 Conselho Estadual de Meio Ambiente, pedindo a mesma coisa que o Acre, o
946 adiamento da entrada em vigor dessa Resolução, porque tem aparecido um
947 descompasso entre o 35 e o índice fático técnico constatado em campo. Rondônia
948 tem 356 empresas, teve 69 estudos apresentados, todos com média superior a
949 45% e até o momento só 2 aprovados. E aí um detalhe, essa necessidade de que
950 o estudo seja analisado e aprovado pelo órgão ambiental, criou uma enxurrada de
951 novas demandas para os órgãos ambientais e nem todos estavam estruturados,
952 preparados pra receber essa nova demanda, porque já eram sobrecarregados
953 com seus processos normais de licenciamento. Então, você vê o caso de
954 Rondônia, recebeu 69 e só conseguiu aprovar 2 até agora. Enquanto não aprova a
955 empresa fica no índice de 35%, produzindo madeira, porém sem ter o devido
956 crédito. Você imagine daqui a 6 meses quando finalmente aprovar o estudo ou 4
957 meses, as empresas estão requerendo crédito suplementar e você fazer esse
958 cálculo e assinar uma carta de crédito, tudo que foi produzido em divergência nos
959 últimos 4 meses, é algo extremamente complexo. Né? O caso do Amazonas é um
960 outro exemplo, de 179 empresas apenas 8 apresentaram estudos, 4 dentro do
961 prazo, de um prazo previsto na Resolução, que onde ele poderia adotar algum tipo
962 de medida transitória. E a média dos estudos apresentados, que foram poucos,
963 52,87%. Esse é um outro problema, a baixa procura das empresas, que às vezes

964 já tão descapitalizadas, às vezes não tem técnicos suficientes pra elaborar. O
965 preço desses estudos disparou, os consultores estão pedindo uma fábula pra
966 fazer um estudo desse, de rendimento. E aí você tem 2 riscos aí. Quando a
967 Resolução veio para o Conama havia o risco do super registro, quer dizer, de um
968 excedente de crédito que supostamente taria sendo colocado nos sistemas
969 oficiais. Nós verificamos agora. Pode passar o slide. O risco do sub registro, quer
970 dizer, você teria empresas que têm um rendimento superior, vão estar recebendo
971 menos crédito no sistema, essa madeira acaba ficando clandestina e ele pode ser
972 um candidato a tentar comprar créditos no mercado negro pra tentar acobertar
973 essa madeira. Então, se essa calibragem não for muito bem feita, a gente pode
974 sair de um cenário que é ruim pra outro que também é ruim ou pior. Então, o que a
975 gente traz aqui? Esse o último, penúltimo slide. A redução do CRV, nós
976 verificamos na tramitação, esse item da redução ele não passou pelas Câmaras
977 técnicas do Conama. Ele foi uma Emenda proposta pelo Ibama, de Plenário,
978 embora embasada em literatura técnica científica e em dados da concessão da
979 flona do Jamari. Nós tivemos uma apresentação do Ibama no último Fórum de
980 Secretários da Amazônia, ele apresentou os dados, a gente revisou a literatura,
981 mas são estudos de 20 anos, 15 anos atrás. Os estudos mais recentes que ele
982 trouxe, de 2009, 2010, feito pelo Imazon com o Serviço Florestal Brasileiro,
983 mostrando que a média era de 38 a 42, ou seja, até acima dos 35 e é o universo
984 mais representativo, duas mil empresas. Os outros que mostram 34, 33, uma
985 empresa, duas empresas, estudo de 15, 20 anos. Então, nós não questionamos a
986 fidedignidade da literatura, mas nós estamos nos deparando agora com estudos
987 técnicos concretos, os órgãos, os técnicos ambientais estão indo nas empresas e
988 conferindo a produção. Então, isso eu já coloquei. A gente está... Os estudos que
989 nós estamos recebendo indicam que o rendimento médio de 35% não reflete a
990 realidade dos empreendimentos florestais da Amazônia e esse risco do sub
991 registro nos sistemas oficiais. Diante disso, os 9 Estados da Amazônia propõem,
992 em regime de urgência, uma alteração no art. 7º da Resolução 411, com a
993 redação que tinha sido dada pela 474. Pode passar. Esse é o último slide. Eu falo
994 pra mesa aqui, é o último. Então, a nossa proposta, basicamente propõe alterar o
995 Caput do art. 7º, tá lá, prevendo que ela passaria a vigorar daqui a 1 anos. Essa
996 Resolução passaria, esse coeficiente, não Resolução. Resolução teve várias
997 outras coisas, positivas, necessárias e que foram amplamente debatido com os
998 técnicos, com a iniciativa privada, com várias instituições, mas especificamente o
999 coeficiente, ele passaria a vigorar a partir de agosto do ano que vem. O § 2º
1000 permite a medida de transição, até 180 dias antes do prazo os estudos poderiam...
1001 Que não fossem aprovados pelo órgão ambiental, entrariam numa zona
1002 transitória, ele poderia permanecer com 45%, que era o índice anterior, até que
1003 ele seja aprovado. Com isso a gente pegaria vários estudos, mais de uma centena
1004 que foram protocolados fora do prazo e colocaríamos dentro do processo de
1005 transição. O § 4º é uma novidade, é uma inclusão. Nós estamos prevendo que
1006 neste prazo, até o ano que vem, agosto de 2008, esses estudos, tanto os atuais,
1007 tem mais 500 estudos já avaliados, cerca de 400 já aprovados pelos órgãos
1008 estaduais, sejam submetidos às Câmaras Técnicas do Conama, assim como os
1009 estudos a que o Ibama faz referência e ela possa se manifestar de forma conclusa

1010 perante esse Plenário. Ou seja, nós temos que passar esse assunto na Câmara
1011 Técnica do Conama. Ele não poderia vir apenas como emenda de Plenário,
1012 porque esse descompasso técnico faz uma diferença enorme em campo. Então, o
1013 § 5º é a apresentação do parecer conclusivo em até 60 dias, perante esse
1014 Plenário. E o último item Deusdará, é deixar muito claro que os órgãos ambientais,
1015 estaduais, podem estabelecer medidas transitórias para adoção do novo CRV,
1016 porque nós temos vários casos não previstos na Resolução. Eu vou dar um
1017 exemplo só e encerro. Empresas novas. A Resolução diz que, pra você aprovar
1018 um estudo médio você tem que analisar os últimos 12 meses do que a empresa
1019 produziu, porque ela tem que apresentar uma densidade amostral de 50% mais
1020 uma das espécies que ela utilizou nos últimos 12 meses. Então, por exemplo, a
1021 empresa processou 20 tipos de madeira, de espécie de madeira, nos últimos 12
1022 meses, ela tem que apresentar 10 mais 1. 11, no mínimo 11 espécies no estudo
1023 dela. É a densidade amostral. Mas e a empresa nova? Tem empresa que chega e
1024 fala, olha, eu quero estabelecer. Eu não tenho esse histórico dela. Então, ela pode
1025 fazer uma perspectiva? Isso não ficou claro. Não é? E várias outras, eu falei que ia
1026 só dar um exemplo, mas tem vários outros exemplos, que no dia-a-dia e a
1027 Resolução não deixa claro. Quer dizer, nós podemos estabelecer as medidas
1028 transitórias necessárias para evoluir pra esse novo índice? Então, esse é o tema
1029 que nós gostaríamos de colocar perante esse Plenário e estamos a disposição
1030 para os esclarecimentos necessários.

1031

1032

1033 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
1034 Secretário Justiniano. Eu vou fazer o seguinte encaminhamento, eu acho que o
1035 assunto é sensível, eu conheço um pouco desse assunto, porque eu sou
1036 Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Florestais, que passou pela nossa
1037 área e eu exerço diariamente essas questões florestais, elas são extremamente
1038 sensíveis. Eu acho que o Plenário, apesar dela... Eu conheço do Justiniano,
1039 percebe que o assunto não é tão simples de resolver de uma forma muito
1040 emergente. Então, eu acho que o encaminhamento, regimentalmente o Fórum de
1041 Secretários, eles estão se utilizando do Regimento para o pedido de urgência e
1042 pelo próprio encaminhamento que o Justiniano recomendou e que eu acho mais
1043 prudente seria: o encaminhamento para o regime de urgência, voltando a matéria
1044 para a Câmara Técnica de Assuntos Florestais, que lá nós teríamos mais tempo
1045 pra discutir, com calma, avaliar, se for o caso fazer uma diligência de campo, não
1046 é (...)? Ver de fato essa... Que esses números, às vezes... Se eu for contrapor os
1047 números agora a gente vai ficar aqui, um embate que talvez não seja produtivo. O
1048 assunto é extremamente sério, esse assunto é estruturante, do ponto de vista do
1049 combate ao desmatamento, que se envolve retirar milhares de carretas de
1050 madeira, que hoje (...). Então, que gostaria de encaminhar da seguinte forma, o
1051 pedido de urgência tá acatado, a gente vai submeter ao Plenário e o
1052 encaminhamento posterior, se houve aprovação do pedido de urgência, seria a
1053 destinação dessa matéria pra Câmara Técnica de Assuntos Florestais, pra gente
1054 poder, lá sim, fazer uma discussão mais aprofundada e trazer um
1055 encaminhamento mais tranquilo, mais sereno e mais embasado pra que os

1056 senhores conselheiros e conselheiras possam votar com segurança. Então, quem
1057 é favorável ao pedido de urgência nas condições que eu coloquei, por favor, se
1058 manifeste? Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.
1059 Então, estamos encaminhando a matéria para a Câmara Técnica de Assuntos
1060 Florestais, e lá a gente vai dar continuidade as discussões, e observar as
1061 ponderações feitas pelo Fórum de Secretários do Meio Ambiente. Muito obrigado.
1062 Próxima. Tem alguém, mais algum pedido de inversão de pauta ou algum...? Por
1063 favor. Raulff, Renctas.

1064

1065

1066 **O SR. RAULFF FERRAZ LIMA (Renctas)** – Bom dia senhor Presidente. Bom dia
1067 senhoras conselheiras e senhores conselheiros. A Renctas tem um pedido de...
1068 Pra votação de uma proposta de moção, de apoio a Carta Pantanal. E dado ao
1069 tema, que é uma... Consideramos uma agenda positiva é um termo de acordo
1070 entre os Governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com apoio, inclusive, do
1071 senhor Ministro de Meio Ambiente, Sarney Filho. Nesse sentido a gente gostaria
1072 de solicitar a inversão de pauta, porque a gente entende que as duas propostas de
1073 Resolução que vão ser discutidas hoje, existem muitos pontos que vão suscitar
1074 discussões e como a gente acredita que seria uma agenda relativamente rápida,
1075 solicito essa inversão de pauta e gostaria de colocar pra votação das senhoras
1076 conselheiras e senhores conselheiros.

1077

1078

1079 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1080 Ralph. Eu consulto os senhores conselheiros e conselheiras, quem é contrário à
1081 inversão de pauta? João da CNA.

1082

1083

1084 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia
1085 Deusdará, membros da mesa. Bom dia Conselheiros. Porque nós temos 2 itens da
1086 pauta extremamente importantes, que são os próximos, que tiveram as suas vistas
1087 solicitadas na última Plenária e pelo Regimento Interno esses documentos têm
1088 que serem os primeiros a serem apreciados por essa Plenária, não podendo haver
1089 inversão de pauta. Eu acho que art. 15 § Único.

1090

1091

1092 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu assim, eu
1093 respeito absolutamente o Regimento, eu sou um regimentalista, mas acho que o
1094 entendimento aqui, que o Ralph colocou, que seria uma inversão de uma moção.
1095 Se aprovada a inversão, tá aprovada. Nós entramos na Ordem do Dia.

1096

1097

1098 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Mas é aquele
1099 negócio, a gente tá tentando dar um jeitinho em cima do Regimento. Isso que nós
1100 somos...

1101

1102

1103 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não tô dando
1104 jeitinho. Eu tô submetendo ao Conselho. O Conselho... Você é contra a inversão
1105 de pauta?

1106

1107

1108 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Sim. Sou contra.

1109

1110

1111 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pronto.
1112 Registra o ato contrário.

1113

1114

1115 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Em cima do art.
1116 15 § 1º, pra gente não dizer que a gente...

1117

1118

1119 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Que não é
1120 claro. Então, que não é claro. O quê?

1121

1122

1123 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1124

1125

1126 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois é, eu só tô
1127 querendo...

1128

1129

1130 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Mas não em
1131 cima do Regimento. Ele é soberano só quando existe omissão.

1132

1133

1134 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
1135 minutinho. Eu coloquei em votação, você é contrário, você mantém o seu voto
1136 contrário. Ah, inversão de pauta gente, é só pra tirar uma moção que vai ter uma
1137 discussão exaustiva sobre 2 assuntos polêmicos do final da fila, do último ponto
1138 da fila, para ser aprovado agora. O assunto, alguém tem alguma coisa contra o
1139 assunto, a matéria? A matéria é extremamente relevante, é meramente uma
1140 inversão de pauta. Se os senhores forem favoráveis, tá aprovado, continuamos a
1141 Ordem do Dia. Se forem contrários ela volta lá pro final da tarde, quando os
1142 últimos sobreviventes aqui da reunião tiverem condições de estarem aqui pra
1143 votar. Submeto, então, ao Plenário. Vocês concordam com a inversão de pauta?

1144

1145

1146 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1147

1148

1149 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Quem é
1150 contrário? Vou ter que fazer contagem de novo. Quem é a favor da inversão de
1151 pauta, considerar aprovada a moção? Quem é contrário? Venceu... Quem se
1152 abstém? Uma abstenção, duas abstenções. Então, tá aprovada a moção, inversão
1153 de pauta. Entramos na Ordem do dia. A primeira... A primeira...

1154

1155

1156 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Senhor
1157 Presidente.

1158

1159

1160 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois não.

1161

1162

1163 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Você fez a
1164 inversão de pauta, não aprovação do...

1165

1166

1167 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ah, vamos
1168 submeter, então, a aprovação. Obrigado.

1169

1170

1171 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Eu peço vistas.

1172

1173

1174 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Tá ok. Então,
1175 regimentalmente pode ser pedido vistas de moção? Tá pedido vistas, apesar do
1176 esforço da mesa em reconhecer a importância do tema, quem pede vistas? O
1177 CNA pede vistas. Quem mais? Quem? Anamma Nordeste. Mais alguém? Então,
1178 tem 2 pedidos de vistas, CNA e Anamma Nordeste. Vamos a Ordem do Dia.
1179 Primeiro ponto de pauta é... Compostagem. E eu convido... Pois não Bruno.

1180

1181

1182 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1183

1184

1185 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu acabei de
1186 consultar a Doutora Anabela, ela disse qualquer matéria. Ok, Zuleica. Tem mais
1187 alguém querendo pedir vistas? Não. Não. Orgânico vamos começar agora.
1188 Orgânico não pode mais pedir vistas, que já foi pedido vistas na reunião passada.
1189 Cadê a Doutora Zilda, por gentileza. Presidente da Câmara Técnica, por favor,
1190 faça a sua apresentação inicial.

1191

1192

1193 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom dia Conselheiros e
1194 Conselheiras. Eu posso mexer por aqui ou você mexe aí Henrique? Tá. Obrigada.
1195 É a proposta que o Ministério do Meio Ambiente apresentou ao Conselho, no final
1196 de 2015, foi debatida em Grupo de Trabalho, que contou com a participação de
1197 pelo menos 2 representantes da Sociedade Civil. Teve a relatoria da ABES, na
1198 pessoa do Doutor Geraldo (...), que é professor universitário dessa matéria e
1199 trabalha no órgão de limpeza pública do município de Porto alegre. Teve a
1200 presença também de representante da Sudematri, Sodemap. Especialista na área,
1201 o Doutor Dimitri também nos acompanhou. A presença do MAPA, de órgãos
1202 ambientais. Essa proposta foi debatida no Grupo de Trabalho, na Câmara Técnica
1203 e foi pedido vistas na reunião passada, mas não foi feito antes uma apresentação.
1204 Então, nos reservamos ao direito de fazê-lo agora. Próximo, por favor. O que se
1205 pretende com a regulamentação do processo de compostagem do ponto de vista
1206 ambiental, dando critérios e procedimentos de controle ambiental, é exatamente
1207 demonstrar que a reciclagem... A compostagem é um processo de tratamento da
1208 matéria orgânica. De tratamento térmico da matéria orgânica. Então, ao retirarmos
1209 o composto da massa de rejeitos, onde ele é colocado hoje, nos resíduos sólidos
1210 urbanos, nós o inserimos em um processo de compostagem. Caso ele não seja
1211 economicamente aproveitável, países da Europa já adotam esse procedimento, o
1212 simples enterramento do composto é extremamente benéfico ao meio ambiente,
1213 muito mais do que enterramento do lixo, da fração orgânica em aterros ou lixões.
1214 O próximo, por favor. Esse número é um número médio do Brasil, ou seja, mais de
1215 50% do que é gerado de resíduos sólidos urbanos, aqueles que estão nas
1216 residências, oriundos dos serviços, e da varrição, e podas, ele é matéria orgânica.
1217 Menos de 2% é compostado no País, ou seja, ou ele está nos lixões
1218 contaminando o solo, subsolo, água, ou ele está em aterros misturado com
1219 rejeitos, provocando uma contaminação, ou uma necessidade de tratamento
1220 constante daquela massa. Então, a maior parte dos orgânicos coletados ele não
1221 sofre segregação na fonte. Ele vai direto pra disposição final. A Lei coloca e nós
1222 inserimos pra isso um artigo no Decreto 7 mil 404, a Lei de Resíduos Sólidos, 12
1223 mil 305, ela coloca a separação preferencial em duas frações, seca e úmida.
1224 Então, os municípios que propõe coleta seletiva, que implantam a Lei, eles,
1225 normalmente eles não avançam em relação a essas duas frações. Então, o úmido
1226 é misturado aos rejeitos e não é compostado. E depois de misturado a
1227 compostagem fica muito mais difícil. Ou seja, uma coisa é a gente pegar a fração
1228 seca e separar em plástico, alumínio, metal, isso é possível, que são frações (...),
1229 a recomendação é que isso seja feito de maneira limpa. E outra coisa e misturar
1230 rejeitos com matéria orgânica, isso inviabiliza a reciclagem da matéria orgânica e o
1231 trabalho de compostagem. O próximo. Com isso se reduz os impactos. Se a
1232 matéria orgânica for compostada ela gera menos chorume ou não gera chorume.
1233 O que se pretende com a norma é harmonizar os critérios de controle ambiental,
1234 ela não é uma norma que trata de licenciamento ambiental. Esses critérios eles
1235 podem ser adotados por instalações que não estão sujeitas ao Licenciamento
1236 Ambiental, mas que querem ter uma prática adequada e saudável, do ponto de
1237 vista ambiental. Ela oferece a compostagem, o composto que é oferecido no final
1238 desse processo ele serve a agricultura, a hortas comunitárias, hortas de pessoas

1239 físicas, não importa. E estimula a compostagem de grandes geradores. Entenda
1240 aqui sempre, que a compostagem também pode ser uma forma de reciclagem,
1241 encarada não só como tratamento, mas uma forma de reciclagem na matéria
1242 orgânica. E o que se pretende também com essa Resolução é apontar aos
1243 municípios e nós temos feito isso no Ministério do Meio Ambiente,
1244 constantemente, quando somos procurados por representantes de Estados e
1245 municípios, em busca de apoio a alternativas pra gestão dos resíduos sólidos, é
1246 mostrar que, ao resolverem 50% do lixo gerado nos municípios, com a
1247 compostagem da matéria orgânica, vão tá reduzindo substancialmente o impacto
1248 ambiental. Façam a conta, se aproximadamente 35%, 37%, é fração seca, 50% é
1249 a fração orgânica, e sobra de rejeito em torno de 15, 12%, e hoje tá sendo enviado
1250 para os aterros ou para os lixões, em torno de 65%. Então, há uma redução
1251 substancial. Normalmente os municípios que tem essas iniciativas, eles iniciam
1252 pela compostagem de grandes geradores, que já vem segregados feiras,
1253 mercados, grandes restaurantes. Então, isso pode ser o primeiro passo pra a
1254 compostagem. Ministério do Meio Ambiente tem também na sua página da
1255 internet, publicado há 2 meses, um manual com procedimentos pra compostagem
1256 institucional e comunitária. Eu peço que os senhores depois o consulte e o
1257 divulgue. Próximo. Essa é a estrutura da Resolução, a sessão 1, disposições
1258 preliminares, a 2 da paridade do processo, a 3 do controle ambiental e a 4
1259 disposições gerais. Finais. Perdão. O próximo Henrique, por favor. Isso é um
1260 resumo da proposta, a qualidade ambiental é o que se pretende, o que tá em
1261 cinza, a qualidade ambiental do processo de compostagem. A preferência de
1262 segregação em 3 frações, mantendo duas que estão... Os secos e os úmidos, os
1263 úmidos seriam os orgânicos e os rejeitos. Relembrando, nós não repetimos na
1264 Resolução o conceito de rejeito, porque já está na Lei. Rejeito é todo aquele
1265 resíduo que não tem possibilidade econômica ou técnica de ser reciclado e
1266 reaproveitado. Portanto o conceito de rejeito é um conceito local e temporal. O que
1267 hoje pode ser, por exemplo, o Governo do Distrito Federal colocou na norma dele
1268 que o vidro é um rejeito, porque ele não conseguiu chegar a um acordo com a
1269 indústria pra receber o vidro de volta, ele deu outro nome. Mas não importa, a
1270 caracterização é como rejeito. Mas se eu tiver um acordo com o setor que produz
1271 embalagens de vidro, que venha buscar ou que eu tenha, quem sabe no futuro, a
1272 construção de uma fábrica de embalagens de vidro aqui no Distrito Federal,
1273 automaticamente ele deixará de ser um rejeito. Então, o conceito de rejeito é um
1274 conceito temporal e a política prevê, a Política Nacional de Resíduos Sólidos,
1275 prevê que tem que ser trabalhado pra se reduzir a quantidade de rejeitos que são
1276 enviados aos aterros. A preferência da segregação eu já falei. Os critérios de
1277 controle ambiental e participação dos órgãos ambientais, que é citado na
1278 Resolução que eles podem se apropriar dessa matéria criando regras mais locais
1279 e específicas. E a reciclagem de orgânicos de grandes geradores é o facilitador,
1280 conforme eu falei há pouco. A harmonização é total com as normas do MAPA. O
1281 MAPA hoje controla os produtos que são disponibilizados no mercado. Nós aqui
1282 estamos falando do processo de compostagem. Próximo. Eu acho que é isso. Eu
1283 estou a disposição pros debates. Obrigado Deusdará.
1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado Doutora Zilda. Como é de praxe desse Conselho, a ideia da mesa e a gente propor a votação da Resolução como um todo e depois a gente ir analisando e discutindo as possíveis emendas. Eu pergunto, senhoras e senhores, já tá maduro pra gente colocar o texto em votação e depois a gente faz a discussão emenda, emenda? Não havendo nenhuma manifestação, vou colocar em votação. Quem é favorável à aprovação da Resolução como um todo, com a ressalva de próximas emendas? Obrigado. Quem é contrário? 1, 2, 3, 4 votos. Quem se abstém? 5, 6. Quem se abstém? 6 votos contrários com uma abstenção. Então, tá aprovado o texto da matéria... O texto da Resolução e a gente agora vai colocar em discussão as possíveis emendas ao texto. Pois não.

O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM) – Senhor Presidente, eu gostaria de declarar o voto, o voto contrário, (...) unicamente na pauta que seja só... Seja registrado e pelos motivos de que é contrário a permanência do § 1º do art. 3º. Esse é o motivo explícito, que foi lá explicitado no nosso parecer.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Obrigado. Zuleica, por gentileza.

A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC) – Como tá em fase de discussão, eu acho que antes de entrar nas emendas, eu acho que as pessoas que... Os conselheiros que pediram vista teriam... Antigamente era tradicional que os conselheiros apresentassem os seus pareceres. Né? Resumidamente.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Por favor, não tenho nada a objetar. E acho que o Plenário concorda com isso. Então, eu só queria registrar que o texto da Resolução tá aprovado e agora vamos entrar numa fase de discussão de algumas emendas e foi pedido por Doutora Zuleica que acatado, que as pessoas possam falar a favor e contra. Vamos estabelecer aí, duas pessoas, favor e contra? 3 pessoas ou só os pareceristas?

A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC) – Não. Não foi essa a minha intenção. A intenção era fazer um relato do parecer, porque o meu relato é um parecer contrário ao conceito da Resolução.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Tudo bem.

1331

1332 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, eu não apresentei emendas
1333 propositalmente, porque desde o início nós fomos contrários a esse procedimento,
1334 ao processo de condução dessa discussão e o resultado dele. Então, posso
1335 comentar rapidamente sobre o meu?

1336

1337

1338 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
1339 minutinho, só pra ser equilibrado. Eu acho que a Doutora Zilda fez a proposição,
1340 falou da proposição como um todo e defendendo. Acho que é razoável você
1341 apresentar o seu parecer, depois nós entramos no processo de discussão das
1342 emendas, Tá ok? Por favor, Zuleica.

1343

1344

1345 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, rapidamente, eu fiz um parecer,
1346 tem mais de 20 páginas. Eu fui surpreendida, muito bem surpreendida no dia que
1347 tava vencendo o prazo de apresentação do parecer de vista, tive a oportunidade
1348 de conhecer o parecer de vista do Ministério do Meio Ambiente e acabei me
1349 debruçando sobre ele, porque foi uma questão de consciência, eu realmente
1350 percebi que havia alguns erros conceituais no parecer do Ministério do Meio
1351 Ambiente e algumas contradições, inclusive contradições entre o que se defendia
1352 ali e os próprios documentos que estavam sendo referidos na bibliografia do
1353 parecer do Ministério. Então, eu não sei se os senhores leram, eu sugiro que
1354 mesmo passado essa votação os senhores leiam, para entender como que as
1355 narrativas se confrontam, e como que as interpretações, os tratados
1356 internacionais, e os conceitos de saúde pública, e defesa do meio ambiente, como
1357 a questão ambiental se reflete na saúde pública, na saúde humana e na saúde da
1358 biodiversidade. Né? O Ministério do Meio Ambiente, a maior crítica eu faço não é
1359 só ao Ministério do Meio Ambiente, mas ao Governo como um todo, Ministério da
1360 Saúde também, que se omitiu nessa questão gravemente, isso é um grande...
1361 Uma grande decepção pra nós ambientalistas, que estamos a tantos anos na
1362 estrada lutando pela questão da saúde ambiental e vendo um Ministério da Saúde
1363 tão enfraquecido na sua opinião. Nós temos um entendimento de que essa
1364 Resolução ela tá mutilada, como eu falei ontem na reunião, ela termina justamente
1365 no ponto mais importante, sensível para nós do meio ambiente, que é a questão
1366 de como vai ser a aplicação desse lodo, desse composto. Tem a questão do lodo
1367 de esgoto, que a gente entendeu como uma burla realmente, da 375 de 2006, que
1368 vai facilitar o descaminho do lodo, porque não há controle nenhum, nem na própria
1369 norma, não existe mecanismos de controle, né? Tanto da quantidade, como que
1370 vai ser feito, o órgão ambiental vai ficar com tudo isso sozinho pra resolver? Os
1371 órgãos ambientais estão todos desmantelados no Brasil, no meu Estado é um
1372 terror, né? Não tem concurso público desde a década de 80 e nós estamos aqui
1373 votando resoluções que vão aumentar a carga desses órgãos ambientais
1374 desnutridos, já em fase de inanição e isso não é inteligente, no meu entender, isso
1375 não é uma política inteligente. Eu acho que nós temos que ter uma política de
1376 controle das substâncias tóxicas na origem, muito séria, a educação ambiental,

1377 inclusive sobre segurança química, substâncias tóxicas em produtos. Isso é uma
1378 das coisas que eu falei agora a pouco, da Convenção de Minamata, nós temos
1379 que eliminar as lâmpadas de mercúrio, que foi uma política errada. Agora nós
1380 temos um problema grave, ambiental, de uma política errada. Então, assim, em
1381 vez de ter políticas erradas seria melhor ter uma política inteligente, de controle das
1382 substâncias tóxicas na origem, pra que nós não tenhamos resíduos tóxicos, tão
1383 tóxicos, que é o que vai ser, então, hoje, as emendas que o pessoal das
1384 cooperativas de materiais recicláveis vão levantar com justa razão, porque tudo tá
1385 indo pra lá, né? Pros resíduos e nós vamos tratar esses resíduos como se eles
1386 não estivessem contaminados, porque nós não fizemos uma política de controle
1387 da origem. Então, APROMAC é totalmente contra esse conceito e por isso que
1388 nós dissemos, não adianta ter feito um seminário lá atrás e depois terem colocado
1389 uma emenda adicionando o lodo depois e dizer que a discussão foi feita antes,
1390 que não foi, porque isso é coisa de louco. Nós temos que ter racionalidade pra
1391 tratar dessas coisas. Então, é isso, nós somos contra, lógico, do jeito que tá não
1392 tem a parte do compartimento ambiental prevista nessa Resolução, ela termina na
1393 metade, e não continua, e ainda querem colocar lodo de esgoto.

1394

1395

1396 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1397 Zuleica. Então, na ordem do texto nós temos cerca de... Temos uma, duas, 3, 4, 5,
1398 6 emendas...

1399

1400

1401 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1402

1403

1404 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ah tá, ok.
1405 Desculpa. É porque não tá contando, mas tá acatado. Não tem problema.

1406

1407

1408 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (Sociedade Civil - FBCN)** – A dele
1409 é do art. 9º. É só entrar na ordem...

1410

1411

1412 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então, vamos
1413 na ordem. Vamos primeiro pro art. 3º, quando chegar no 9º a gente faz a
1414 apresentação. É da PROAM, é o art. 3º. Eu vou me permitir a ler pros senhores, tá
1415 ali na tela. No processo de compostagem pode ser utilizado resíduos orgânicos in
1416 natura ou após passarem por algum tratamento. § Único. É permitida a adição de
1417 lodos de estações de tratamento de esgoto sanitário, mediante autorização prévia
1418 do órgão ambiental competente, respeitada a Legislação permanente. A proposta
1419 de emenda da PROAM é a supressão desse § 1º... § 1º do art. 2º. Eu acho que é
1420 do art. 3º, não é isso Bruno? Não é? § 1º desse artigo, do art. 3º, esse que eu
1421 acabei de ler, retirar da Resolução a utilização de lodo de esgoto na

1422 compostagem. Em discussão, por gentileza, se alguém quiser fazer a defesa e
1423 alguém for contraditar.

1424

1425 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1426

1427

1428 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Você me
1429 desculpa, que aqui tá escrito só pra...

1430

1431

1432 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1433

1434

1435 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas na tela tá.
1436 Eu fui traído aqui, pela velhice, eu não olhei pra tela, olhei pro papel. Tá ok.
1437 Registrar aqui a PROAM e APROMAC.

1438

1439

1440 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – Nós já falamos
1441 aqui, exatamente somos favoráveis. Não somos contrários a compostagem.
1442 Somos contrários à adição de lodo no esgoto mesmo, por motivos óbvios, já
1443 explicitados na reunião de hoje aqui. Nós não temos controle nenhum, absoluto,
1444 sobre os fármacos, né? Citei o estudo, digo novamente o estudo aqui para os
1445 senhores, estudos conduzidos pelo professor Wilson Figueiredo Jardim, publicado,
1446 devidamente publicado no jornal eletrônico da Unicamp, nº 576 e que comprova
1447 que durante os anos de 2006, 2011, 2012, esse professor junto com sua equipe,
1448 conduziu estudos comprovando a presença de fármacos, notadamente hormônios,
1449 hormônios sexuais presentes nos lodos de esgoto. Nós não temos esse controle.
1450 Então, é por isso que o PROAM defende a retirada, a supressão desse parágrafo
1451 aí. Certo? Apelo para o bom senso de Vossa Excelência, até que o Brasil venha
1452 ter um controle desse, a gente tá liberando aí, com os mesmos alimentos, né?
1453 Com a presença de hormônios sexuais em nossos alimentos, devido à
1454 compostagem. É isso.

1455

1456

1457 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1458 Eu vou pedir a Doutora Zilda, que é a Presidente da Câmara, que fizesse a defesa
1459 do texto aprovado.

1460

1461

1462 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós somos pela rejeição dessa
1463 proposta, por entender e eu gostaria de fazer uma correção. A conselheira
1464 Zuleica, ao falar ela... Bom, primeiramente eu gostaria que o Conama, de pedir,
1465 Deusdará, aí eu posso formalizar isso por e-mail de novo, porque nós atendemos
1466 o prazo previsto da Resolução, colocamos, foi colocado no site o nosso parecer e
1467 os outros pareceristas, eu não me recordo exatamente qual foi dos pedidos de

1468 vistas que pediu prorrogação. Então, assim, conforme a Conselheira Zuleica já
1469 falou, ela não fez nenhuma proposta, ela só pede a retirada e faz o parecer todo
1470 contestando o parecer do Ministério do Meio Ambiente. A meu ver...

1471

1472 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutora Zilda,
1473 por gentileza, vamos se ater a proposta.

1474

1475

1476 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A meu ver não assim que se faz
1477 pedido de vistas. Eu gostaria que se mudasse o procedimento. Eu vou pedir por
1478 escrito depois.

1479

1480

1481 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Que é atenção
1482 à proposta de emenda?

1483

1484

1485 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – É. Que aguarde todos. Nós
1486 somos contrários e essa proposta está desde o texto original que foi debatido no
1487 Seminário, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, que contou a participação
1488 de municípios, de Estados, de organizações da Sociedade Civil, contou com a
1489 presença dos catadores, inclusive. Isso foi feito no Ministério do Meio Ambiente e
1490 sempre constou por uma única razão. O processo de adição do lodo é feito no
1491 mundo inteiro e o texto traz salvaguardas, o texto proíbe a adição de resíduo
1492 perigoso. Então, se o lodo for caracterizado como perigoso ele não entra dentro do
1493 composto. E pelo fato da Estação de Tratamento de Afluente ser uma unidade
1494 licenciada pelos órgãos ambientais, a Resolução ainda pede que haja uma
1495 manifestação do órgão ambiental competente nesse sentido. É nesse sentido que
1496 nós somos contrários a retirada do lodo.

1497

1498

1499 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza,
1500 eu queria consultar os senhores conselheiros sem dar... A Zuleica quer fazer mais
1501 algum complemento? Por favor.

1502

1503

1504 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Então, eu me apresento agora como
1505 proponente dessa emenda de supressão. Esse é um dos pontos nevrálgicos
1506 dessa Resolução, que é justamente a permissão do lodo de esgoto. Não ficou
1507 definido ontem qual seria a porcentagem, se é 90% de lodo. Qual que é o objetivo
1508 disso e por que dar esse peso pros órgãos ambientais que estão... Todo mundo
1509 sabe, os órgãos ambientais estão sucateados, é a melhor palavra. Sucateados,
1510 em estado de inanição absoluta, você tem os municípios ainda em um processo
1511 de construção, é uma confusão ainda, um processo. E não pensa nisso quando
1512 vai se construir uma Resolução. Isso parece que... Isso é um tabu. Não se fala
1513 nisso. Ah, isso não é problema nosso. Mas isso é problema nosso. (...) Sisnama.

1514 O Sisnama é problema nosso. Se nós não fortalecemos o Sisnama, não
1515 preparamos o Sisnama pra nada, vamos fazer uma Resolução e vamos jogar pros
1516 órgãos ambientais. Eles podem até tá gostando disso, pode ter uma vantagem
1517 nisso, geralmente até existem muitas vantagens de você ser hoje um funcionário
1518 de um órgão ambiental, mas não é uma vantagem ambiental. Não é pra sociedade
1519 essa vantagem que eu tô me referindo. Então, isso só vai aumentar a troca de
1520 favores e não vai resolver o problema ambiental. A gente não é contra a
1521 compostagem. A gente é contra a forma como tá se colocando isso dessa
1522 maneira, a forma da proposta e da maneira como tá sendo colocada.

1523

1524

1525 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1526 Conselheira Zuleica. Então, nós temos claramente duas posições, nesse caso não
1527 há redação alternativa. Uma proposta que é do texto, manter o art. 1º... O § 1º do
1528 art. 3º e uma proposta supressiva da APROMAC e da PROAM. Vocês gostariam
1529 de esclarecimento? Ah, pois não. Mas assim, na hora que eu for colocar em
1530 votação, não é isso? Então, eu acho que a Plenária tá esclarecida, é uma posição
1531 extremamente sim ou não. Então, eu pergunto, quem é favorável a manutenção
1532 da proposta como está, ou seja, com a continuidade do art. 1º... Do § 1º do art. 3º?
1533 Por favor, se manifeste. Vamos fazer uma contagem? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10,
1534 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 votos favoráveis à manutenção do
1535 texto como está. Quem é favorável à proposta de emenda que retira o § 3º do... O
1536 § 1º do art. 3º? Eu vou fazer uma contagem. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11.
1537 Acabou. Não. Desse lado. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22. Quem se
1538 abstém? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 abstenções. 8 abstenções. Como houve empate, pra
1539 poder ser justo com a Plenária de novo, vamos fazer uma nova votação? Por
1540 gentileza, eu pediria agora que alguém me ajudasse a fazer a contagem, pra já
1541 não haver nenhum erro da minha parte. Ana, você me ajuda? Vamos organizar.
1542 Na hora que a gente votar... Na hora que a gente votar a gente baixa o crachá.
1543 Combinado, então? Por favor. Então, quem é favorável à manutenção da proposta
1544 como está, da manutenção do § 1º do art. 3º? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,
1545 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25. É isso?

1546

1547

1548 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Eu contei 28.

1549

1550

1551 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu não contei
1552 com o da Zilda. Então, vou contar de novo gente, por favor. Lamento, mas vocês
1553 desculpem. É porque... Vamos ficar quieto no lugar. Então, vamos lá. 1, 2, 3, 4, 5,
1554 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17. 17 desse lado?

1555

1556

1557 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – 18 no meio ali, né?

1558

1559

1560 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – 18 no meio com
1561 o João. Tem que ficar no meio, né? CNA tem que ficar... 18. Então, vamos partir
1562 pro lado de cá. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. Então, são 28 votos. Ok? Por gentileza,
1563 quem é favorável à emenda supressiva do § 1º do art. 3º? Vamos contar. 1, 2, 3,
1564 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11. 11 desse lado, ok? 11 ok? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9... De novo.
1565 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. Então, 14 com...

1566

1567

1568 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Então, dá 25.

1569

1570

1571 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – 25 votos.
1572 Então, venceu por 28 a 25. E abstenções, por gentileza. Tem 3.

1573

1574

1575 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – 9.

1576

1577

1578 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – 9 abstenções.
1579 Então, a decisão do Plenário é pela manutenção do art. 1º... Do § 1º do art. 3º.
1580 Pois não Lisiane.

1581

1582

1583 **A SRª. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – A ideia é só pra constar em
1584 Ata, voto contrário da Mira-Serra.

1585

1586

1587 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1588 Vou passar a segunda proposta de emenda. Desculpa.

1589

1590

1591 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional de Catadores)** – Nós
1592 queremos declarar nosso voto contra a...

1593

1594

1595 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por favor, faça
1596 isso, por gentileza. Diga seu nome.

1597

1598

1599 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional de Catadores)** – Roney,
1600 Movimento Nacional de Catadores, declaro voto contra.

1601

1602

1603 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Registrado. O
1604 senhor também?

1605

1606

1607

1608

1609

1610

1611

1612

1613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637

1638

1639

1640

1641

1642

1643

1644

1645

1646

1647

1648

1649

1650

1651

O SR. MAURO FREDERICO (SEBRA) – Mauro Frederico da Sesbra, São Paulo. Meu voto é contra, em função da adição de lodo no lixo e com isso não ter uma Legislação própria para saber o número de contaminantes de fármacos que tão sendo julgado pra população comer nos alimentos, que isso vai transmitir...

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Por gentileza, só o voto, por gentileza. Muito obrigado. Bom, a proxima emenda é no art. 6º, tá gente? É uma emenda. Deixa eu ler aqui agora, porque senão eu cometo bobagem. É a emenda de alteração da CNI, MAPA e também tem uma proposta de alteração do Ministério Público no mesmo artigo. Então, senhores, é uma coisa que complica um pouquinho, vamos tentar organizar a defesa das propostas e o encaminhamento. O art. 6º na forma original, como os senhores estão vendo na tela, o processo de compostagem deve atender, além do previsto no art. 5º, há uma relação carbono/nitrogênio, menor ou igual a 20 para 1. A proposta de emenda de alteração da CNI e MAPA, o art. 6º, o fertilizante orgânico resultante do processo de compostagem, deve entender a uma relação carbono/nitrogênio menor ou igual a 20 para 1. A proposta de alteração do Ministério Público, ela já tem um outro encaminhamento. O processo de compostagem deve atender, além do previsto no art. 5º, a uma relação carbono/nitrogênio final, menor ou igual a 20.1. Então, eu vou fazer o seguinte, eu vou pedir a Doutora Zilda que faça a defesa do texto original, depois eu vou pedir um representante da CNI ou do MAPA que faça a defesa da sua emenda e do Ministério Público, que faça a defesa da sua proposta de alteração. Eu perguntaria se haveria possibilidade do Ministério Público, CNI e MAPA fazer uma proposta conjunta? Isso já foi pensado? Vocês tentaram conversar? Estão tentando conversar? Então, enquanto vocês conversam a Zilda faz a defesa do texto e quem sabe vocês entram num acordo, que tenha uma proposta só, que facilitaria bastante o processo de votação. Zilda, por favor.

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Deusdará, eu queria reconhecer que realmente as duas propostas trazem uma correção importante pro texto, tá? Elas são similares. Nós conversamos ontem com CNI, conversamos com o MAPA, com o Ministério o Público só agora, mas a ideia é propor uma proposta pequena de alteração ao texto do Ministério Público.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – E vocês teriam essa proposta agora ou queriam um prazo, poderia passar a proposta...

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Eu só passei pro Doutor Pablo ali, pra ver se ele minimante concorda, eu não sei ele... Aí eu acho melhor ele mesmo se pronunciar. Sabe? Mas é uma pequena alteração. Só pra dizer o

1652 seguinte, a relação carbono/nitrogênio ela é importante no produto final, mais do
1653 que no processo de compostagem. Só que a proposta da CNI e MAPA, ela fala
1654 em fertilizante orgânico. Nós estamos falando na Resolução sobre o processo de
1655 compostagem, ficaria um pouco fora do contexto, nesse art. 5º, falar só de
1656 fertilizante orgânico. Por isso que a gente alinha com a proposta do Ministério
1657 Público, simplesmente colocando: deve garantir e no produto final, colocaria no
1658 composto final, acrescentaria, em vez de... Acrescentaria composto antes de final.

1659
1660

1661 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom, a mesa
1662 fica muito satisfeita com a proposta de harmonização...

1663
1664

1665 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Agora eu não sei se o Ministério
1666 Público concorda. Eu gostaria até que ele... Ele e a CNI se manifestasse...

1667
1668

1669 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só queria a
1670 aquiescência do MAPA, Ministério Público e CNA, a redação por escrito na tela.
1671 Tá ok? Por favor. Vocês não preferem que eu vá pra próxima emenda, vocês
1672 construam, vocês constroem... Aí constrói do texto e eu coloco pro Plenário ficar
1673 mais confortável pra votação? Vocês não preferem fazer o texto, a gente colocar
1674 no telão, eu adianto pra próxima emenda, depois eu retorno e se o Plenário
1675 concordar, porque aí já vem uma proposta consensuada, mais fácil de ser votada.
1676 Então, tá sobrestado aqui, por um momento, essa proposta de emenda. A outra
1677 emenda seria no art. 8º. O art. 8º, a não ser o texto original é: o composto deverá
1678 ser peneirado como área de abertura máxima de 40 milímetros, com exceção do
1679 composto destinado a fabricação de substratos pra plantas, condicionadores de
1680 solos e como matéria prima pra fabricação de fertilizantes organominerais. A
1681 proposta de emenda de alteração é do Ministério Público, ela basicamente altera a
1682 palavra 'o composto' para, o material em compostagem deverá ser peneirado com
1683 malha de abertura máxima de 40 milímetros, com exceção do composto destinado
1684 a fabricação de substratos para plantas, condicionadores de solos e como
1685 matéria-prima pra fabricação de fertilizantes organominerais. Que salvo melhor
1686 juízo, a única alteração proposta pelo Ministério Público é a troca da palavra
1687 'composto' por 'material em compostagem'.

1688
1689

1690 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1691
1692

1693 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza, o
1694 seu microfone tá ligado? Você podia se identificar também, pra gravação? Muito
1695 obrigado. Deu.

1696
1697

1698 **O SR. PABLO COUTINHO BARRETO (Ministério Público Federal)** – Bom dia!
1699 Pablo Barreto do Ministério Público Federal. Após a reunião dos pareceristas e
1700 novos estudos (...) no âmbito do Corpo Técnico do Ministério Público Federal, nós
1701 entendemos que é desnecessária a inclusão da proposta. A gente vai retirar.

1702

1703

1704 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1705 Então, por retirada do proponente, do art. 8º, permanece o art. 8º do texto original.
1706 A proposta seguinte é do art. 9º, que eu entendi que é do... Cadê o companheiro
1707 da...

1708

1709

1710 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1711

1712

1713 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não, tem uma
1714 no 9º antes do... Foi me dito que haveria dos catadores, uma proposta. Por
1715 gentileza, pra poder manter a ordem, porque a seguinte é no art. 10. Então, você
1716 já faria a sua proposta no art. 9º. Ela tá na tela já?

1717

1718

1719 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional de Catadores)** – Bem, a
1720 nossa proposta é de mudança no art. 9º, ou suprimi-lo, por conta da questão do
1721 modelo de coleta de resíduos nas residências, porque ele propõe um modelo de
1722 coleta de seco... Não. De recicláveis, orgânicos e rejeito. O problema é que a
1723 sociedade brasileira não sabe o que é rejeito. Vou dar só um exemplo. Se você for
1724 lá fora agora você vai ver uma lixeira escrita 'rejeito' cheia de copinho de café. O
1725 quê que vai acontecer? Todo o resíduo dos domicílios irão para o rejeito e não pro
1726 orgânico e não pro reciclável. Outra coisa, operacionalmente, os municípios não
1727 tão tendo recurso pra implantar uma coleta seletiva que recolha orgânico e seco.
1728 Vai ter agora, aumentar mais ainda para uma coleta de caminhão passar pra
1729 recolher orgânico num dia, rejeito no outro, reciclável no outro? O custo
1730 operacional pra isso vai ser muito maior. Outra coisa, muito dos materiais
1731 recicláveis que poderiam ir pra indústria, todos eles irão pro rejeito e não pro
1732 reciclável. Por exemplo, essa capinha de celular ela é rejeito ou ela é reciclável?
1733 Por isso nós defendemos o que está no Decreto que regulamenta a Lei, que é
1734 seco e orgânico. O resultado do tratamento do orgânico é rejeito, uma parte é
1735 composto, o que sobra é rejeito. Do tratamento do resíduo seco, uma parte é
1736 reciclável, o que sobrou, que não tem como ir pra reciclagem é que é rejeito. Se
1737 colocar a sociedade pra separar em casa, imagina você com 3 lixeiras em casa, aí
1738 você olha, oh, essa aqui é rejeito, essa aqui é orgânico, essa aqui é reciclável.
1739 Isso inviabiliza a Política Nacional de Resíduos. Eu acredito o seguinte, que daqui
1740 a alguns anos, quando todo mundo já tiver separando em seco e orgânico, tiverem
1741 unidades de triagem, porque nos últimos 7 anos, desde quando foi criada a
1742 Política Nacional de Resíduo, pergunto quantas unidades de triagem foram
1743 construídas no Brasil e quantas unidades de compostagens? Os municípios

1744 correram atrás de construírem aterros sanitários por quê? Porque era aquilo que
1745 efetivamente trazia obrigatoriedade, mas muito pouco ou quase nada foi feito com
1746 questão a reciclagem. Então, nós pedimos o apoio de todos aqui da Plenária, para
1747 a gente tirar essa nomenclatura que traz a questão de separar as frações em:
1748 rejeito, orgânico e reciclável e deixar como tá no Decreto da Lei, que é, seco e
1749 orgânico, ou, então, úmido e seco. Por quê? Se complicar com 3 parcelas, além
1750 de operacionalmente pras prefeituras ser muito difícil, nós vamos acabar perdendo
1751 muito material reciclável e os aterros sanitários que durariam muito mais com o
1752 tratamento das duas parcelas, ele vai ter uma quantidade de rejeito muito grande
1753 indo pros aterros, porque as pessoas não sabem o que é, efetivamente, e por
1754 esse motivo nossos aterros sanitários vão durar muito menos. Então, o nosso voto
1755 é pra, ou suprimir, ou alterar para como está no Decreto que regulamenta a
1756 Política Nacional de Resíduos.

1757

1758

1759 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
1760 Na verdade, você não tem uma proposta, assim, objetiva. Sua primeira sugestão é
1761 supressão?

1762

1763

1764 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1765

1766

1767 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – É supressão ou
1768 trazer o texto do Decreto?

1769

1770

1771 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional de Catadores)** – Ou
1772 trazer o texto do Decreto.

1773

1774

1775 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas aí fica
1776 difícil à gente fazer...

1777

1778

1779 **O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Movimento Nacional de Catadores)** – Porque
1780 o Decreto já regulamenta a Lei. Então, assim, a gente trazer uma Resolução... Ou
1781 suprimi. Ou suprimi ou traz o que tá no Decreto da Lei.

1782

1783

1784 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Zilda, qual a
1785 posição do Ministério do Meio Ambiente, por gentileza?

1786

1787

1788 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A gente sempre teve um
1789 alinhamento histórico com os catadores, mas nesse aspecto. A gente já conversou

1790 antes, tentou alinhar e não conseguiu. Qual é a nossa... A nossa visão é diferente
1791 dessa. Assim, hoje a Lei traz o Decreto... Repetir o que tá no Decreto Desdará, é
1792 redundante, já tá no Decreto não tem sentido. O que se quis agora foi
1793 regulamentar o que tá no Decreto, fazendo um detalhamento adicional. Eu
1794 confesso que eu não enxergo essa dificuldade toda dos catadores, até porque,
1795 esse texto tá escrito preferencialmente, eu não coloquei uma obrigação específica.
1796 Preferencialmente. Eu acho que é claro pra todos que a gente facilita o trabalho de
1797 reciclagem se o resíduo for segregado na fonte e nesse sentido que a gente faz a
1798 proposta, tentando separar hoje, orgânico e rejeito são uma caixinha só. O úmido.
1799 E o que a gente tá querendo dizer com essa Resolução, que o orgânico é que
1800 pode ser reciclado. Eu acho que tem que se... A nossa proposta é pela
1801 manutenção do texto original e, infelizmente nós não conseguimos chegar a uma
1802 proposta única.

1803

1804

1805 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom. Então, eu
1806 vou fazer o encaminhamento da seguinte forma, se houver a manutenção fica
1807 prejudicada a segunda proposta dele, que é de ter, trazer o texto do Decreto.
1808 Então, a primeira... O primeiro encaminhamento de uma certa forma elimina o
1809 segundo. Então, eu vou colocar em votação da seguinte forma, quem é favorável
1810 a continuidade, a manutenção do texto do art. 9º da Resolução da proposta, por
1811 favor, se manifeste. Quem é favorável? 1, 2, 3, 4, 5... Big. Big, tá votando? Ah tá.
1812 1, 2... 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20. Isso? 20.
1813 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 votos a favor.
1814 Quem é contrário, por gentileza? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8... 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15,
1815 16, 17, 18, 19. 19 votos. Quem se abstém? 1, 2... 1, 2, 3, 4 votos. Então, o
1816 Plenário decide, faz a votação favorável a manutenção do texto original. Eu
1817 pergunto aos senhores com relação ao art. 6º, já temos um consenso? Podemos
1818 fazer uma proposta consensuada?

1819

1820

1821 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1822

1823

1824 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por gentileza.
1825 Então, enquanto coloca... Já tá na tela?

1826

1827

1828 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** –... O 6º Henrique, por favor. Zilda
1829 Veloso. Ah, perdão. É que eu tava... Desculpe Presidente, é que tava sendo
1830 discutido o outro aí o Henrique não podia mexer em 2 pontos diferentes do texto
1831 ao mesmo tempo. Então, a proposta é: o processo de compostagem deve garantir
1832 uma... Tem que tirar o 'a'. Uma relação carbono... Uma relação...
1833 Carbono/nitrogênio no composto final, menor ou igual a 20 pra 1. Isso?

1834

1835

1836 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ok? MAPA,
1837 Ministério Público, CNI, ok?

1838

1839 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O MAPA também concorda que
1840 o conselheiro...

1841

1842

1843 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu submeto ao
1844 Plenário se há consenso em relação a essa alteração de proposição feita em
1845 conjunto, em harmonia com todos os proponentes. Alguém é contrário a esse
1846 encaminhamento? Essa emenda? Não havendo ninguém contrário, considero
1847 aprovada a emenda consensuada entre Ministério Público, MAPA e Ministério do
1848 Meio Ambiente. Bom, a próxima emenda é uma emenda no Inciso III do art. 10. O
1849 art. 10 no caput fala, as unidades de compostagem devem atender aos seguintes
1850 requisitos mínimos de prevenção e controle ambiental: 1, 2, 3. A emenda de
1851 alteração é do Ministério Público, no Inciso III. O Inciso III atual, implantação do
1852 sistema de recepção, e armazenamento de resíduos orgânicos in natura,
1853 garantindo o controle de odores, geração de líquidos, de presença de vetores, e
1854 de incômodos a comunidade. A proposta do Ministério Público que em negrito
1855 ressalta a alteração é: a implantação de sistema de recepção, e armazenamento
1856 de resíduos orgânicos in natura, garantindo o controle de odores, a coleta, e
1857 tratamento dos líquidos drenados, e ausência de vetores, e de incômodos a
1858 comunidade. Eu pediria a Doutora Zilda, por gentileza, pra fazer os
1859 esclarecimentos relacionados à proposta original e posteriormente o representante
1860 do Ministério Público para apresentar sua emenda.

1861

1862

1863 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O Ministério do Meio Ambiente é
1864 pela rejeição da emenda, por entender que essas medidas de controle, elas já
1865 estão previstas no Inciso II do mesmo artigo e que esse Inciso II fala... (...) lá na
1866 tela. Proteção do solo por meio de impermeabilização de base, em instalação dos
1867 sistemas de coleta, manejo e tratamento de líquidos lixiviados gerados. Isso aí já
1868 contempla o tratamento dos líquidos e bem como o manejo de águas pluviais. E o
1869 texto do Inciso III atual, ele fala na garantia do controle de odores, geração de
1870 líquidos e presença de vetores. Eu acho que é desnecessário a gente colocar ou
1871 enfatizar no texto a coleta e o tratamento dos líquidos drenados, eles já constam
1872 no Inciso II e III. E colocar ausência de vetores, eu acho que é algo muito radical.
1873 A gente coloca o controle de vetores. Acho que é praticamente impossível colocar
1874 ausência quando a matéria-prima, que é o resíduo orgânico, já vem de outras
1875 fontes em processo de decomposição. O que se pede é o controle.

1876

1877

1878 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
1879 Doutora Zilda. Eu pergunto ao representante do Ministério Público se ele gostaria
1880 de fazer uma defesa da emenda ou se ele se sente confortável e convencido com
1881 os argumentos da Doutora Zilda?

1882

1883

1884 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1885

1886 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ótimo. Tô
1887 gostando de ver. Então, vamos pular um pouco, vamos passar pro Inciso VIII... VI.
1888 Enquanto a gente consegue aí, pra conforto do Plenário, uma proposta alternativa
1889 de consenso no Inciso III. Ainda no mesmo artigo e também do Ministério Público,
1890 é uma alteração no Inciso VI, controle da destinação final, ambientalmente
1891 adequados os resíduos da unidade de compostagem. A alteração ressaltada em
1892 negrito na tela é: controle da destinação final, ambientalmente adequada dos
1893 resíduos sólidos e líquidos tratados pela unidade de compostagem. Eu perguntaria
1894 se a proposta de consenso também vai abranger uma emenda pro Inciso VIII? O
1895 Inciso VI.

1896

1897

1898 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1899

1900

1901 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então, tá.
1902 Então, a gente vai aguardar um pouco e eu pediria, aproveitar, eu queria fazer
1903 uma consulta aos senhores. São 12 e 10. Nós temos uma outra Ordem do dia
1904 muito importante, é bem discutido, que é a questão dos óleos. Não é isso? De
1905 queima der óleo, queima controlada. Tem quantas emendas? São 8 emendas,
1906 sendo que uma emenda ela é repetitiva. Quer dizer, se a gente superar essa
1907 emenda é possível, com a colaboração dos senhores, a gente fazer uma
1908 discussão rápida, segura, de votação. Então, eu consulto ao Plenário se haveria a
1909 disposição dos senhores de estender essa reunião um pouco, e tentarmos fechar
1910 essa próxima proposta ainda na parte da manhã ou se a gente interrompe pro
1911 almoço, e corre o risco de não ter quórum, e a gente daria... Se vocês
1912 concordarem, eu me disponho a estar com vocês um pouquinho mais, eu acho
1913 que mais 1 hora, 1 hora e 20, a gente consegue fechar a Ordem do Dia com
1914 segurança, com qualidade do quórum. Vocês concordam, então? Tá bom. Então,
1915 muito obrigado, agradeço. Bruno, aproveite pra fazer as considerações enquanto o
1916 conchavo acontece ali. Fechou? Agora o Bruno já tá com a palavra.

1917

1918

1919 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

1920

1921

1922 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Desculpa. Que
1923 eu recebi uma cata aqui, não é de amor não. É uma carta... É um registro. Mas eu
1924 fiquei emocionado. Depois eu vou ler, pra não dizer que eu tô... Por favor, (...).

1925

1926

1927 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – É só um comentário, que
1928 pode não ter... Nós temos 2 Ministérios Públicos representados em Plenário, o
1929 Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais. Amanhã alguém
1930 vendo a Ata pode dizer, o Ministério Público dos Estados. Então, é importante
1931 registrar que essas propostas que nós estamos discutindo são do Ministério
1932 Público Federal e que nos encaminhamentos ali, em vez de usar... Usa MPF e
1933 MPE quando for o representante...

1934
1935

1936 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Perfeito. Muito
1937 pertinente a sua observação, parece simples, mas realmente é extremamente
1938 pertinente. A gente vai pedir Doutora, a Dolabela que coloque tudo, nesse caso aí,
1939 MPF e todas as considerações onde a Ata ouvir MP ouça MP, Ministério Público
1940 Federal. Zilda, ansiosos aguardamos a proposta de consenso.

1941
1942

1943 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Zilda Veloso, Ministério do Meio
1944 Ambiente. O Inciso III ele ficaria com uma emenda na proposta original, essa
1945 emenda implica em retirar ‘presença’. Então, ficaria, aí tem 2 Ds. Aí tira só um. O
1946 controle de vetores e de incômodos a comunidade. E aí o Ministério Público
1947 retiraria a proposta que ele fez no pedido de vistas. Vamos um por um?

1948
1949

1950 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por favor, por
1951 gentileza, um por um.

1952
1953

1954 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Então, é uma... A emenda de
1955 Plenário seria, na proposta original do Inciso III, somente retirar a expressão ‘de
1956 presença’. Ficaria controle de odores, de geração de líquidos, de vetores e
1957 incômodos a comunidade.

1958
1959

1960 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ok. Alguém
1961 tem alguma dúvida? O próximo.

1962
1963

1964 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Aí do 6º é uma substituição, uma
1965 proposta do Ministério Público, permanecerá resíduos sólidos e líquidos gerados
1966 pela unidade de compostagem.

1967
1968

1969 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Perfeito,
1970 alguém tem alguma dúvida? Eu consulto a Plenária, não havendo nenhuma
1971 objeção a essa proposta de consenso, eu consulto se todos são favoráveis o
1972 acatamento dessas duas emendas? Não havendo nenhuma manifestação,

1973 considero aprovado. Muito obrigado. Parabéns Zilda, parabéns todos vocês. A
1974 gente conseguiu, de fato, dar um grande avanço dentro do Conselho Nacional do
1975 Meio Ambiente com a aprovação dessa Resolução. Vamos chamar imediatamente
1976 a próxima Resolução. Por favor, só observe a colocação do Bruno, de botar onde
1977 tem MP, pesquisar, localizar, botar MPF. Tá ok? Zilda, por gentileza, Presidente
1978 da Câmara, você poderia fazer a defesa do texto pra gente poder manter o mesmo
1979 procedimento, votar o texto original e depois nós trabalharmos as emendas,
1980 sempre que possível fazendo...

1981

1982

1983 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Em relação à queima
1984 controlada?

1985

1986

1987 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Isso. E sempre
1988 que possível conseguindo esse entendimento...

1989

1990

1991 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu posso passar a palavra pro
1992 Ministério de Minas e Energia?

1993

1994

1995 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois não.
1996 Quem é o representante do Ministério de Minas e Energia, por gentileza?

1997

1998

1999 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Renato.

2000

2001

2002 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Vamos fazer
2003 uma busca ativa lá fora.

2004

2005

2006 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Renato chamando aqui. Vamos
2007 lá, fazer a apresentação da proposta de queima controlada, por gentileza. Renato
2008 é Conselheiro pelo Ministério de Minas e Energia, apesar de eu ser Presidente da
2009 Câmara Técnica, o Renato... O Ministério de Minas e Energia e o proponente da
2010 matéria. Aí eu pediria que o Ministério de Minas e Energia apresentasse
2011 primeiramente a proposta e depois nós discutirmos as emendas. Correto?

2012

2013

2014 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia)**
2015 – Bom dia a todos. O meu nome é Renato, sou do Ministério de Minas e Energia.
2016 A gente tá com uma proposta um pouco diferente... Eu queria esclarecer um
2017 pouco essa proposta de queima controlada, eu queria dar o histórico dela em prol
2018 dos conselheiros, em prol do adiantar da hora, a gente acha mais conveniente à

2019 gente dar uma abordagem geral nessa proposta e a gente discutir os pontos
2020 polêmicos, alvo dos pareceristas, caso a caso, dessa forma a gente não
2021 prejudicaria essas questões que são mais relevantes na proposta. Essa proposta
2022 ela já foi bastante discutida na Câmara Técnica, nas preliminares, nas reuniões
2023 prévias. Então, eu só gostaria de trazer aqui o conceito. Essa proposta ela foi
2024 desenvolvida no programa de mobilização da indústria do petróleo e do gás, esse
2025 programa Prominp, por meio do Comitê Temático do Meio Ambiente nº 11.
2026 Participaram junto com o Ministério e coordenaram junto com a gente CNI, por
2027 meio do IBP. Participaram o Ministério do Meio Ambiente, participaram também a
2028 ANA, Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e (...). Essa proposta ela foi
2029 amadurecida ao longo do ano de 2011 e 2016. Ela deu entrada, então, na Câmara
2030 Técnica e foi discutida na Câmara Técnica. A gente tem apresentação pra fazer,
2031 mas em prol da discussão junto ao Ministério Público principalmente, junto aos
2032 demais pareceristas, a gente abordaria essas questões específicas da proposta
2033 pra poder discutir as questões que são mais relevantes em relação à proposta,
2034 esclarecer qualquer dúvida e aí a gente pode voltar nos pontos, faz a
2035 apresentação se for o caso, naqueles pontos que forem necessários. É um
2036 encaminhamento nosso aqui, em relação aqui a nossa preocupação em relação à
2037 perda de quórum, em relação à perda de uma discussão mais relevante se
2038 apresentaria em relação a essa proposta. Eu encaminho aos senhores essa
2039 consideração e a gente já abordaria junto ao Ministério Público, se a gente
2040 consegue consensuar alguns encaminhamentos e assim a gente conseguiria
2041 superar esses pontos que são mais relevantes de análise. Poderia ser assim? A
2042 gente poderia discutir os pontos específicos que foram alvo da...

2043

2044

2045 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Renato, assim,
2046 essa matéria tá muito discutida, quer dizer, ela já vem sendo acompanhada
2047 exaustivamente pelos seus conselheiros. Eu acho que quanto mais conciso você
2048 for e mais objetivo nos pontos que são nevrálgicos, vai ajudar os seus
2049 conselheiros a tomar suas posições.

2050

2051

2052 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia)**
2053 – Perfeito. Essa é o nosso encaminhamento, então.

2054

2055

2056 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pontual.

2057

2058

2059 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia)**
2060 – Então, vamos lá. Vamos pra discussão. Eu vou convidar aqui o Doutor Carlos
2061 Henrique, que participou junto com a gente dessa discussão. E eu, então, solicito
2062 a abertura do corpo da Resolução. A gente já vai discutir ali.

2063

2064

2065 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –...** Tem que ser
2066 do conteúdo, porque o nosso procedimento será votar a Resolução como um todo,
2067 depois nós vamos trabalhar as (...). Carlos Henrique. Então, você vai fazer uma
2068 contextualização rápida com esses pontos, com esses gargalos? O Carlos
2069 Henrique ou você?

2070
2071 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia)**
2072 – Sim, Doutor Carlos Henrique me apoia nessa proposta.

2073
2074
2075 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) –** O porquê da
2076 Resolução, quais os pontos polêmicos.

2077
2078
2079 **O SR. CARLOS HENRIQUE ABREU MENDES (IBP) –** Bom dia a todos! Eu sou
2080 Carlos Henrique Abreu Mendes, gerente-executivo (...) e operações do IBP. A
2081 gente vem aí desde 2015 tentando construir uma Resolução que tenha início,
2082 meio e fim, bastante adequada às necessidades de dar ao Brasil uma ferramenta
2083 adicional à área de (...), de contenção e coleta, na situação de um grande
2084 vazamento de óleo depois das lições aprendidas em 2010. A nossa sugestão é
2085 que não voltássemos a tentar esclarecer todos os pontos, porque ela já foi
2086 largamente discutida na Câmara Técnica, na reunião dos pareceristas e até
2087 ontem, junto a Anamma, junto ao Setor Industrial, junto a Sociedade Civil. Nos
2088 parece que existem 3 pontos que são relevantes, o nosso encaminhamento. Eu
2089 pediria a ajuda do Ministério Público, que fez uma proposta diferenciada da nossa,
2090 se poderemos chegar a um consenso. Os 3 pontos são o seguinte, utilizamos uma
2091 média horária ou de 24 horas, para determinada tomada de decisão, incluindo o
2092 material particulado do 10 ou o material particulado de 2 e meio. O segundo ponto,
2093 quais são as circunstâncias de interrupção da queima, que é um ponto
2094 extremamente relevante. E o terceiro ponto é um comentário feito pela Proam, se
2095 eu não tô enganado, quanto à presença de Benzopireno como sendo uma
2096 preocupação com relação à queima do óleo no mar. Eu começaria pela terceira,
2097 tentando esclarecer a vocês que o Benzopireno ele faz parte dos HPAs que são
2098 queimados no óleo e felizmente para a defesa dessa ferramenta, 99,95% dos
2099 HPAs são queimados. Esse resíduo mínimo, ou é absorvido ao resíduo não
2100 queimado, que tem uma baixíssima biodisponibilidade, ou seja, ele não afeta o
2101 ambiente marinho, ou fica absorvido o material particulado. Por isso a relevância
2102 do seu monitoramento em tempo real. Então, nos parece que o Benzopireno, não
2103 porque o Ministério de Minas e Energia entende ou o IBP, enfim. A literatura
2104 internacional não coloca nenhum dos HPAs como relevante para a preocupação
2105 em relação a mais de 1 quilômetro de distância de qualquer ser humano vivo, quer
2106 seja na fauna marinha, quer seja ser humano. Então, nós acreditamos que as
2107 distâncias seguras que nós estamos trabalhamos a mais de milhas náuticas são
2108 suficientes para esse tipo de controle e o fato desses HPAs que (...) serem
2109 queimados a mais de 99,95%. Primeiro ponto. Segundo ponto. O art. 4º, o Inciso
2110 III tem pequenos encaminhamentos distintos nossos, do Ministério Público, eu

2111 pediria atenção agora do procurador, pra ver se é possível entrarmos num
2112 consenso. Tentamos encontrar algo que pudesse contemplar a futura revisão da
2113 0390, citando apenas a média associada ao nível do padrão nacional de poluição
2114 do ar, que hoje é 150 microgramas por metro cúbico para o MP 10. Não é possível
2115 simplesmente associarmos, usar uma média sem citarmos que média é essa, se é
2116 horária, se é diária ou se é anual. Então, ficaria uma insegurança jurídica muito
2117 grande. Fomos no art. 6º, que a pedido da própria Abema, que tem uma tradição
2118 muito grande de monitoramento de poluição do ar e nos solicitou que a retirada do
2119 monitoramento em tempo real não se desse uma hora após a interrupção da
2120 queima e sim em 24 horas pra saber se exatamente a interrupção estava uma
2121 coisa associada à outra em função dos parâmetros que você viesse a ter na
2122 ocasião, no monitoramento em tempo real. Então, somando todos esses
2123 aprendizados e recomendações, nós mantivemos o artigo, o Inciso III do art. 4º,
2124 que é associado à média de 24 horas, que se refletiria num padrão de segurança
2125 jurídica para toda a Resolução. Quer seja o art. 4º, quer seja o art. 6, quando você
2126 interrompe a queima e continua o monitoramento por mais de 24 horas, que seja
2127 nos seus anexos. Nos parece mais seguro por quê? A tendência de qualquer
2128 fixação de parâmetro de qualidade do ar é ser mais alto para um período menor,
2129 ou seja, é esperado que uma hora, se vier a ser... Se vier a ser parte das decisões
2130 da 0390 seja um valor maior, desde que a média de área seja menor, desde que a
2131 média anual seja menor ainda do que os outros dois, como é em água produzida.
2132 Em água produzida quando você tem o teor de óleo e graxa diário, ele admite um
2133 pico de 42, desde que a média mensal seja no máximo de 29 miligramas por litro.
2134 O mesmo conceito deve ser seguido por qualquer discussão da 0390 futura. Nós
2135 estamos propondo que neste momento, já que essa discussão do
2136 amadurecimento da queima está num estágio diferente da que se encontra a
2137 0390, nós estejamos associados à tomada de decisão com cautela, com calma,
2138 relacionados há 24 horas e nada irá, no nosso entendimento, afetar a saúde
2139 pública dos afetados. Muito mais preocupante do que uma queima que dura 1
2140 hora e meia, duas horas, é as fontes fixas que você vai, ao medir o material
2141 particulado, vai ter influência dessas fontes fixas de material particulado. Então, é
2142 uma coisa episódica, que nós esperamos no setor nunca ter necessidade de
2143 utilizá-la, mas é importante ela tá regulamentada para que ela uma vez sendo
2144 necessária, tenha regras definidas claramente como elas têm que ser feitas.
2145 Então, para a questão do Inciso III do art. 4º, a nossa sugestão é que nós
2146 possamos manter às 24 horas em harmonia a todas as sugestões que tivermos na
2147 Câmara Técnica, e na própria reunião dos pareceristas, e não 1 hora, muito
2148 menos associada ao MP 2 e meio, que sequer faz parte hoje da 0390. E fomos
2149 alertados anteriormente pelo Ibama e pelo Ministério do Meio ambiente, para a
2150 segurança jurídica é importante que estejamos associados a parâmetros objetivos
2151 e existentes. No caso da 0390, embora envelhecida, infelizmente o processo de
2152 rediscussão tem, a 24 horas o MP 10 como sua tomada de decisão, que vai nos
2153 dar conforto para que não façamos nada que seja ilegal.

2154

2155

2156 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Carlos
2157 Henrique, por gentileza, vamos ultimar? Porque ainda tem a defesa das emendas
2158 ainda.

2159

2160

2161 **O SR. CARLOS HENRIQUE ABREU MENDES (IBP)** – Eu queria que, talvez aos
2162 poucos a gente pudesse, então, se debruçar no Inciso III do art. 4º, pra saber se
2163 manter o artigo original tem a concordância do Ministério Público ou se ele prefere
2164 debater em relação à proposta...

2165

2166

2167 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Porque é uma
2168 emenda, né? Isso aqui é uma emenda que a gente vai discutir logo após a
2169 aprovação ou não do texto como um todo. Eu acho que você tá antecipando a
2170 discussão, que é importante, porque já pode, com o Ministério Público, conseguir
2171 uma redação consensuada a respeito desse ponto. Mas assim, eu acho que vai
2172 ter um segundo momento de emenda a emenda a gente discutir.

2173

2174

2175 **O SR. RENATO LIMA FIGUEIREDO SAMPAIO (Ministério de Minas e Energia)**
2176 – Gente, esclarecendo, a gente fez esse encaminhamento com intuito de ser
2177 breve e, realmente de discutir as questões mais relevantes do texto. Faltou uma
2178 coisa a gente falar, porque nem todos participaram da Câmara Técnica, por que a
2179 gente propõe essa queima? Essa queima ela foi... É uma ação que ocorre, já
2180 existe experimentos desde 1958, que desenvolveram essa técnica em relação a
2181 poluição de óleo no mar. Quando ela for utilizada, com certeza um evento de
2182 poluição já vai tá em andamento. Isso em nada eximirá o poluidor de todas as
2183 sanções e penalidade que ali serão aplicadas. Num maior acidente, um acidente
2184 mais relevante de derrame de óleo, que foi o acidente (...), as ferramentas se
2185 mostrou muito mais eficientes do que as ferramentas apenas de recolhimento
2186 manual. A gente tem algumas situações que pra você fazer o recolhimento você
2187 tem, uma embarcação se deslocar 12 horas, fazer o recolhimento, depois
2188 acondicionar esse material. Então, é uma ferramenta, como a gente diz, de
2189 emergência, é uma ferramenta necessária. Outras ferramentas e outras
2190 Resoluções foram estabelecidas no âmbito da MP pra controle de poço,
2191 intervenção em poços, robustez de poços e em relação à coleta do óleo. Derrame
2192 de óleo também tá associado a embarcações, que essa possibilidade foi diminuída
2193 com advento do casco duplo e também a gasodutos, que também há uma
2194 redundância em relação à segurança, em relação a... É uma segurança de
2195 sistemas de válvulas de segurança. Uma coisa que o senhor colocou, eu acho que
2196 seria importante a gente realmente verificar se a gente poderia analisar a emenda
2197 como um todo pra depois a gente discutir em relação a emenda a emenda e
2198 realmente consensuar esses pontos.

2199

2200

2201 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
2202 Conselheiro Renato do Ministério de Minas e Energia. Muito obrigado engenheiro
2203 Carlos Henrique. A gente vai, antes de colocar no rito normal de aprovação ou não
2204 do texto completo, me achou atenção e por uma questão de transparência aqui, o
2205 texto tem uma palavra azul responderor. Então, eu pediria ao Rafael, nosso
2206 colega da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, ou alguém, ou
2207 algum membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, por favor, esclarecesse
2208 a Plenária por que esse texto tá em azul e quais foram as razões da sua
2209 colocação em realce aqui, na Resolução. Por gentileza, a palavra 'responderor'
2210 que aparece várias vezes dentro do texto. Rafael, por gentileza.

2211

2212

2213 **O SR. RAFAEL GOMES DE SANTANA (MMA)** – Prezados, boa-tarde! Tentei
2214 aqui me lembrar dos debates que fizemos em relação, no âmbito da CTAJ sobre o
2215 tema, até tive a oportunidade de conversar com o Boisbaudran e com o Douro
2216 Bruno, que estavam presentes no debate e também poderão me ajudar a
2217 relembrar esse tema. A inclusão dessa nomenclatura 'responderor', ela tem
2218 efeitos jurídicos, porque ela deixa mais ampla, digamos assim, a responsabilidade,
2219 o responderor passar a ser o poluidor ou o agente responsável. Então, você
2220 amplia o leque de atuação, aqui no caso. E o colega que alertou sobre esse
2221 debate, no momento da CTAJ, no momento das nossas discussões, ele até disse
2222 a relevância de fazer uma analogia com outras resoluções que tratam do tema,
2223 inclusive a Conama 472, que eu até tava procurando aqui, ela traz esse conceito
2224 de responderor. Então, nós entendemos que era interessante fazer essa
2225 uniformidade em relação à Legislação. A Conama 472 ela dispõe sobre o uso de
2226 dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar, que é o tema
2227 relacionado a esse. Então, por isso a gente trouxe essa mudança de
2228 nomenclatura, de responsabilização, pra dar essa uniformidade de tratamento.

2229

2230

2231 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
2232 Doutor Rafael, eu acho que o esclarecimento foi extremamente oportuno e
2233 necessário. Então, vamos colocar em votação. Quem é favorável à aprovação do
2234 texto como está e depois nós fazemos as votações e as discussões, emenda a
2235 emenda. Por favor.

2236

2237

2238 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – Senhor
2239 Presidente, uma questão de ordem.

2240

2241

2242 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois não.

2243

2244

2245 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – Eu gostaria de
2246 contagem de quórum. Tô vendo um Plenário bastante vazio.

2247

2248

2249 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – A gente conta a
2250 votação, depois verifica. Tá ok? A gente conta a votação, depois...

2251

2252

2253 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – É questão de
2254 ordem Presidente. Se não tiver quórum suficiente não entra em votação.

2255

2256 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Como é que tá
2257 lá a Secretaria Ana, tem alguma informação a respeito, não? Então, vamos votar.
2258 Então, vamos votar um a um. Por gentileza, só queria aqui pedir a secretaria, se
2259 tem alguém no cafezinho, porque sempre tem algumas pessoas que não... Tem
2260 que ter hora pra almoçar, coisa desse tipo. Então, vamos fazer... Quem tá com os
2261 crachás, por gentileza? Por favor, peço ajuda na contagem. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,
2262 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25. É isso? Desse lado.

2263

2264

2265 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** –
2266 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2267

2268

2269 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – 25 com 22, 47.
2270 Ok? Qual o nosso quórum?

2271

2272

2273 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – 47.

2274

2275

2276 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – 47. Posso dar
2277 continuidade? 47. Quer contar novamente? Quer contar novamente?

2278

2279

2280 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2281

2282

2283 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um
2284 minutinho. Deixa a Ana falar que a Ana já é...

2285

2286

2287 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – Olha,
2288 vamos explicar. O quórum pra votação é a maioria simples. Então, a nossa
2289 maioria simples é 47 hoje, porque nós temos alguns conselheiros, algumas
2290 entidades que estão suspensas de votação. E é 47.

2291

2292

2293 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ainda tem eu
2294 gente, que eu esqueci que, eu sou o membro titular do Ministério do Meio
2295 Ambiente, também não votei, tô presente. 48.

2296

2297

2298 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2299

2300

2301 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ah, você tá
2302 aqui... Muito obrigado. Está meu crachá. Posso continuar, então? Gente, por
2303 gentileza, quem é favorável à aprovação do texto como está, depois... Pois não.

2304

2305

2306 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – É só pra elucidar
2307 a matéria. Luiz Mourão do PROAM.

2308

2309

2310 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pois não.

2311

2312

2313 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Art. 6º § 3º, o
2314 processo deliberativo da sessão de Plenário deverá ser suspenso se a qualquer
2315 tempo e a pedido de qualquer conselheiro não se verificar o quórum exigido. Qual
2316 é o quórum exigido?

2317

2318

2319 **A SRª. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** – 47.

2320

2321

2322 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – A presença de
2323 pelo menos a maioria absoluta dos seus membros. Membros do Conselho, ou
2324 seja, metade mais 1. Este... Metade mais 1 dos conselheiros. Por favor, nós...
2325 Quanto vale a metade mais 1 dos conselheiros? Quantos conselheiros nós temos?
2326 Uma questão de matemática.

2327

2328

2329 **A SRª. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA)** –
2330 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2331

2332

2333 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – 103.

2334

2335

2336 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2337

2338

2339 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA) – 99**
2340 menos 5 suspensos...

2341

2342

2343 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Por gentileza.**

2344

2345

2346 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA) – São 101**
2347 **conselheiros, é isso? No total, sendo que 3 não tem direito a voto, que é Ministério**
2348 **Público, né? Estadual, Federal e a Câmara, né? Além disso, nós temos 5**
2349 **suspensos, por questão de falta. Então, totalizando deu 93. É isso.**

2350

2351

2352 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – Desculpe.**
2353 **Suspensos por quê?**

2354

2355

2356 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA) – Por falta.**
2357 **Isso aí tá no Regimento. Aí nós vamos ter que parar pra ler Regimento.**

2358

2359

2360 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM) – Perfeito. Quais**
2361 **são, por favor? Quais são os suspensos por falta? É só isso. Porque nós estamos**
2362 **alegando coisa sem falar. Calma. Quais são as faltas? Quem... Quais são as**
2363 **entidades que estão suspensas por falta? Só isso.**

2364

2365

2366 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – A gente dá**
2367 **informação por falta consecutiva, pra aqueles que... (...) no Regimento.**

2368

2369

2370 **A SR^a. ANA LUCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DCONAMA/MMA) – As**
2371 **entidades suspensas: Ministério do Desenvolvimento, Estado de Rondônia,**
2372 **Estado do Maranhão, CONTAG, Anamma Sul.**

2373

2374

2375 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Posso dar**
2376 **continuidade a votação? Por gentileza, peço a compreensão dos senhores.**
2377 **Quórum verificado. Em votação. Quem é favorável ao texto como está, por favor,**
2378 **se manifeste? Vamos contar. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,**
2379 **18, 19, 20, 21, 22. Confere? Desse lado? 22 confere? 22. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,**
2380 **10, 11, 12, 13, 14, 15. 22 com 15. 37 votos a favor. Quem é favorável... Quem é**
2381 **contrário, por gentileza? Contrário 1 voto. Tá? Quem se abstém? 3, 4 votos de**
2382 **abstenção. Então, seguindo o rito, nós temos a... A primeira emenda, na verdade,**
2383 **é uma proposta de um novo artigo, ela, tá aqui art. XX, porque se for aceito a**
2384 **gente vai ter que remunerar toda a proposta. Então, é da APROMAC e ela coloca**

2385 o seguinte. São, art. XX, são princípios aplicáveis a Resolução do Conama sobre
2386 o uso de queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar: 1, a
2387 prevenção. 2, a precaução. 3, o poluidor pagador e o protetor recebedor. 4, o
2388 princípio da integração por meio da cooperação entre as diferentes esferas do
2389 Poder Público, do setor empresarial e da sociedade de um modo geral. E 5, o
2390 acesso à informação e a participação pública. Na verdade, me parece assim,
2391 rapidamente olhando, que é um artigo que fala de princípios mais genéricos, não
2392 entra necessariamente em conteúdo da Resolução. Quem... APROMAC gostaria
2393 de fazer a defesa?

2394

2395

2396 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (PROMAC)** – Essa proposta veio da Universidade de
2397 Brasília, do grupo que trabalha com direito ambiental, e eles entenderam que é,
2398 daria maior segurança jurídica, e por isso propuseram esse texto.

2399

2400

2401 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Pergunto ao
2402 Ministério do Meio Ambiente e ao Conselheiro do Ministério de Minas e Energia se
2403 há alguma objeção à inclusão desse artigo? Doutora Zilda por gentileza. Pois não,
2404 passo a palavra.

2405

2406

2407 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O Ministério do Meio Ambiente
2408 entende como desnecessária a proposta. Automaticamente qualquer Resolução
2409 do Conama, legalmente, têm que cumprir o que tá disposto na outra... Nas demais
2410 Legislações, principalmente nas Leis. Então, há aí uma junção de princípios de
2411 diversas Leis, não só da Legislação, da 6938 e seus regulamentos. Então, a gente
2412 entende que não é necessário, ele pode causar uma confusão jurídica que pode
2413 ser... (...) por quê que tá esse princípio aí, não tá um outro. Então, é melhor não
2414 enumerar...

2415

2416

2417 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
2418 Então, a postura do Ministério do Meio Ambiente é pra não aceitação da emenda
2419 proposta. Eu vou pedir o colega Wanderley da CNI pra fazer uma consideração.

2420

2421

2422 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderley da CNI. Boa tarde
2423 a todos! Nós consultamos o nosso jurídico a respeito da proposta da APROMAC e
2424 o nosso jurídico foi contundente em relação a questão. Princípios são de Leis ou
2425 da Constituição. Resoluções Conama é um instrumento regulamentador, não cabe
2426 na Resolução trazer princípios. Portanto, juridicamente estaria incorreto a adoção
2427 da proposta do artigo. Nós pedimos a não aceitação da proposta.

2428

2429

2430 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
2431 Eu acho que os esclarecimentos são necessários, agradeço APROMAC, a CNI e
2432 Ministério do Meio Ambiente. Vamos colocar em votação? Quem é favorável à
2433 manutenção do texto como está, por favor, se manifeste? Quem é contrário?
2434 Quem se abstém? Aprovado. Uma abstenção. A próxima emenda ela tá no Inciso
2435 III, aprovado, mantendo o texto original. Só pra efeito de gravação. O Inciso III do
2436 art. 4º. O Inciso III original fala: área a mais de 3 milhas náuticas da linha da costa,
2437 sempre que o estudo de dispersão atmosféricas EDA, indicar que a pluma atingirá
2438 áreas povoadas e que resulte em risco e de exposição da população a
2439 concentrações médias de 24 horas de MP 10, que exceda ao padrão nacional de
2440 qualidade do ar, estabelecido por Resolução Conama. A proposta do MP...
2441 Chamaria atenção dos meus colegas, por favor. De novo aquela observação da
2442 Resolução anterior, MPF, procurar localizar, conforme a sugestão do Doutor
2443 Bruno. As áreas situadas a mais de 3 milhas náuticas da linha costa, sempre que
2444 o estudo de dispersão atmosférica, o EDA, indicar que a pluma atingirá áreas
2445 povoadas e que resulte em risco de exposição da população a concentrações
2446 médias... Aqui tá alteração em negrito. De uma hora de MP 10, que exceda a 150
2447 microgramas por metro cúbico. Sugere... Nota: sugere inclusão do parâmetro MP
2448 2 e meio no valor limite 35... Eu acho que é micrograma por metro cúbico. Por
2449 favor, eu gostaria que o Ministério Público fizesse a defesa da proposta e depois a
2450 gente chamaria o Ministério de Minas e Energia e o Meio Ambiente.

2451

2452

2453 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2454

2455

2456 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não tá
2457 favorável. Tá funcionando agora.

2458

2459

2460 **O SR. PABLO COUTINHO BARRETO (Ministério Público Federal)** – Pablo
2461 Barreto, do Ministério Público Federal. Senhores conselheiros, o MP colocou essa
2462 proposta de alteração entendendo que dessa forma atenderia de melhor forma a
2463 proteção ambiental e a saúde, a defesa da saúde. E eu vou solicitar aqui, aos
2464 nossos peritos do Ministério Público Federal, o Nilton e o Rodrigo, que façam uma
2465 pequena exposição técnica sobre a questão.

2466

2467

2468 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Ministério
2469 Público, o Doutor Carlos Henrique e o Conselheiro Renato aventaram a
2470 possibilidade de vocês fazerem uma proposta, uma proposta...

2471

2472

2473 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2474

2475

2476 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não. Não tem
2477 problema. Faz parte. Esse é o jogo democrático. Pois não.

2478

2479

2480 **O SR. RODRIGO LIMA (MPF)** – Boa tarde a todos. Rodrigo Lima, perito em...

2481

2482

2483 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não tá ligado
2484 filho.

2485

2486

2487 **O SR. RODRIGO LIMA (MPF)** – Agora vai? Tudo certo? Boa-tarde. Então,
2488 novamente, me chamo Rodrigo Lima e sou perito em engenharia química do
2489 Ministério Público Federal. Só pra contextualizar o porquê dessa nossa proposta
2490 de alteração. Eu gostaria de começar lendo o art. 15 da Proposta de Resolução,
2491 que fala sobre os casos em que deverá ocorrer interrupção da queima controlada.
2492 O Inciso II desse artigo fala que a queima controlada terá que ser interrompida se
2493 a população for exposta a uma concentração média de 24 horas de material
2494 particulado 10 ou material particulado 2 e meio, que exceda o nível de alerta para
2495 episódios críticos de poluição do ar, que atualmente é de 420 microgramas por
2496 metro cúbico. Bem, a nossa crítica é em relação a essa média de 24 horas. É
2497 porque de acordo com esse critério, pra uma queima poder ser interrompida, ela
2498 vai ter que durar pelo menos 24 horas. E não é essa a... Não é isso que acontece
2499 geralmente. Essas queimas geralmente têm duração curta, é de em média 2
2500 horas. Então, por isso que nós acreditamos que um padrão de uma hora seria
2501 mais adequado e nós propusemos essa alteração. E aí propondo essa alteração
2502 no Inciso II do art. 15, seria necessário também readequar aos outros padrões que
2503 são citados ao longo da Resolução, porque não faria sentido adotar um padrão de
2504 uma hora, nesse caso e manter padrões de 24 horas nos demais. Então, é por
2505 isso que nós sugerimos aquela alteração do art. 3º.

2506

2507

2508 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu pediria... Eu
2509 vou passar a palavra pro Doutor Carlos Henrique, com a permissão do Conselho
2510 do Ministério de Minas e Energia, vocês trazendo até como colocação. Então, por
2511 gentileza... Depois da Zilda eu passo pra você.

2512

2513

2514 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** –... Só dizer o seguinte. Está na Câmara Técnica de
2515 Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, a revisão da Resolução Conama 03
2516 de 90, que trata de padrões de qualidade do ar. Então, assim, a metodologia...
2517 Minha especialidade é muito mais resíduos do que qualidade do ar, mas o que a
2518 gente tem ouvido, tem aprendido muito é que, as metodologias disponíveis pra
2519 avaliar padrões de qualidade do ar, elas são de 24 horas e não de uma hora. Você
2520 cria uma curva, uma curva de ocorrências, com base em 24 horas. Nós não temos
2521 hoje, metodologia, e não há previsão até o momento, no processo de revisão, que

2522 ele vai pra Câmara Técnica agora, para começar a ser discutido em outubro, de...
2523 Não existe uma metodologia em que eu possa avaliar a ocorrência daquele
2524 poluente por um período de uma hora. É essa a justificativa pra gente trabalhar
2525 com a manutenção do texto original e não com a proposta feita.

2526
2527

2528 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado.
2529 Engenheiro Carlos Henrique, você... Sim. Lógico, eu vou passar a palavra pra
2530 vocês. Não tem problema. Só um minutinho. Só, por gentileza, deixa o Doutor
2531 Carlos Henrique complementar a defesa e você, pelo Ministério Público, faz as
2532 suas argumentações.

2533
2534

2535 **O SR. CARLOS HENRIQUE ABREU MENDES (IBP)** – Algumas questões do
2536 histórico dessa Resolução. Ela foi concluída a sua minuta em 2015,
2537 acompanhando as boas práticas internacionais e até final de 2015 só havia uma
2538 referência ao NP 10. Ao longo de 2016 várias publicações mostraram a relevância
2539 de ser incluído o MP 2 e meio, coisa que fizemos ao entrar em 2017, a inclusão do
2540 2 e meio para a tomada de decisão referente à interrupção da queima. Uma coisa
2541 que nós... Então, hoje o art. 15 menciona no monitoramento em tempo real,
2542 associado a alguns conceitos que estão nesta Resolução 0390 e certamente
2543 estarão na futura Resolução revista, que é o padrão nacional de qualidade do ar,
2544 que hoje é 150 para o MP 10, é o nível de atenção, que hoje é 250 para o MP 10,
2545 que é e 420 para o nível de alerta, fugindo, evitando o nível de emergência, que é
2546 de 500 hoje que tem. Então, são 4 conceitos. A Resolução da queima não
2547 pretende estabelecer padrões de qualidade do ar. Ela tem que cumprir a norma
2548 referente aos padrões nacionais, quer seja hoje 150, 120 amanhã, quer seja 250
2549 hoje, 230 amanhã, quer seja 420 hoje, 380 amanhã. Quaisquer parâmetros que
2550 venham ser decididos pelos profissionais de fixação de parâmetros de qualidade
2551 do ar, esta Resolução pretende atender. O conceito tem que ser preservado. O
2552 Inciso III do art. 4º diz: alcançando você faz um estudo de dispersão atmosférica,
2553 se for diferente de zero o parâmetro MP 10, você se obriga a colocar uma unidade
2554 móvel para ter medição de tempo real. Se for diferente de zero. Se for, se chegar
2555 no EDA, no estudo de dispersão atmosférica a 150, que é o parâmetro hoje e
2556 poderá ser 120 amanhã, você pede autorização ao Ibama e não pode iniciar a
2557 queima se essa autorização não for dada. Este é o conceito relacionado à área de
2558 restrição. Nos parece bastante adequado que o MP 10, que tem um
2559 comportamento matemático no estudo de dispersão atmosférica, tá consagrado
2560 em toda as agencias estaduais, principalmente de meio ambiente, algumas
2561 municipais, como sendo relevante para o início do processo. (...) ponto de vista de
2562 saúde pública, esse início de processo não está ameaçando a saúde pública, ele
2563 apenas começa uma queima que está no horizonte e pode vir a alcançar a área
2564 habitada. Quando você vai pro art. 15, que é de interrupção, nós... O
2565 monitoramento real já está rodando, a unidade móvel já está medindo em tempo
2566 real, com o acompanhamento dos órgãos ambientais competentes, quando chegar
2567 ao nível de alerta, a interrupção da fonte é praticamente instantânea. Você quando

2568 abre a barreira, em pouquíssimos minutos você interrompe o processo de queima.
2569 Aquela fonte que estaria emitindo aquela fuligem e todo o material particulado,
2570 sessa instantaneamente. Ainda assim a Câmara Técnica, vários órgãos,
2571 principalmente a Cetesb e o INEIA, que estavam ali representante a Abema, nos
2572 solicitaram que permanecêssemos medindo, 24 horas depois da interrupção, para
2573 garantir que aquela fonte era a origem efetiva do alcance relacionado ao nível de
2574 alerta. Porque o material particulado no background pode existir de maneiras, as
2575 mais variadas, até uma rua de terra pode gerar o material particulado. E você
2576 interromper uma queima que em tese a queima só se inicia, além desses
2577 parâmetros todos de cuidado com relação a ter ou não uma unidade móvel de
2578 monitoramento, se ela tiver trazendo um benefício para evitar que o óleo chegue,
2579 por exemplo, no manguezal. Se esse benefício for interrompido de hora em hora
2580 por um critério proposto pelo Ministério Público, este benefício ficaria muito mais
2581 ameaçado em relação ao óleo que continua na superfície do mar e poderá chegar
2582 indevidamente ao continente. Então, a nossa posição não é contra que seja
2583 discutido o critério de uma hora ao... Na 0390. Mas na utilização da tomada de
2584 decisão com relação a isso, nos parece bastante razoável mantermos esse
2585 cuidado de 24 horas sempre observando esse benefício...

2586

2587

2588 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Obrigado
2589 Doutor Carlos Henrique. Passo a palavra pro Ministério Público.

2590

2591

2592 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2593

2594

2595 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Porque eu acho que, infelizmente, depois que a
2596 gente fez aquela recontagem se ausentaram mais conselheiros, pelo menos pelo
2597 visual aqui.

2598

2599

2600 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Eu lamento,
2601 assim, a verificação de quórum regimental eu faço o pedido... Mas eu acho que
2602 essa obstrução sintomática de não querer, da gente não conseguir continuar
2603 discutindo, me parece um assunto que tá há algum bom tempo dentro do Conama,
2604 fere um pouco a nossa imagem. Eu não sei como é que a Anabela, a Doutora
2605 Anabela aqui lida com o Regimento vê o pedido de verificação, o que eu posso
2606 fazer.

2607

2608

2609 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2610

2611

2612 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** –... Da Anabela
2613 verifica o Regimento.

2614

2615

2616 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2617

2618

2619 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Boa tarde! Patrícia
2620 Boson. Eu só queria deixar registrado aqui, que me causa certa estranheza essa
2621 defesa de artigos do Regimento Interno, na medida em que ele é
2622 sistematicamente desrespeitado por esse Plenário, a nosso bel-prazer. Quando
2623 nos agrada. Há um artigo no Regimento Interno dizendo que a Tribuna Livre dura
2624 15 minutos. Tá escrito isso. Não cabe interpretação, porque que tá escrito em
2625 número e tá escrito também em letra. 15 minutos. E falamos aqui 40, 50, uma hora
2626 e não levanta um pra poder citar o Regimento Interno. Agora, na hora que me
2627 interessa, na hora que é do meu interesse começa a citar artigos, a defesa, a
2628 disso e aquilo outro. Então, eu acho que se a gente quer se dar o respeito, se nós
2629 queremos que nossas resoluções e nossas determinações aqui sejam respeitadas
2630 lá fora, a gente tem que começar a nos respeitar. Com essa falácia de que o
2631 Plenário é soberano. Ele é soberano, mas ele não pode mudar o Regimento
2632 Interno a seu bel-prazer, quando lhe interessa, quando ele acha que isso vale a
2633 pena. Ele só pode mudar o Regimento Interno em uma região específica,
2634 formalmente constituída para isso e com maioria qualificada. Então, assim, ou a
2635 gente é coerente conosco mesmo e vamos respeitar o Regimento Interno em tudo
2636 e se os 15 minutos não agrada temos que mudar o Regimento Interno, ou não
2637 sendo coerentes. O que não dá aqui é pra cada hora usar o Regimento Interno a
2638 meu favor ou a favor de quem. Essa coisa de que a Lei pega e a Lei não pega. É o
2639 jeitinho brasileiro. Então, eu quero deixar aqui registrado, minha indignação pelo
2640 desrespeito total a Regimento Interno e, inclusive pela questão posta pelo João
2641 aqui, da CNA, que realmente não caberia inversão de pauta naquele momento.

2642

2643

2644 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
2645 Assim, a gente... Por favor, só um minutinho. Nós fizemos um acordo de
2646 convivência, nós estamos em regime de votação, em regime e discussão. Foi
2647 verificado o quórum antes de fazer o início da votação e verificação. Eu
2648 sinceramente, eu devo ter aí, alguns 8 ou 9 anos que eu tô dentro do Conama, me
2649 parece surreal o que a gente tá vivendo agora. Agora, vamos falar dos 15 minutos.
2650 Por favor. Então, eu dar a palavra, mas eu continuo ainda pedindo aos senhores
2651 conselheiros que, por favor, vamos ter bom-senso, vamos dar continuidade as
2652 nossas discussões, mas tá aberta a palavra. Eu queria, antes de... Meu colega de
2653 Minas Gerais, já tinha antecedido a palavra pro representante do Ministério de
2654 Minas e Energia, depois o meu colega de Minas, depois o Comandante Mourão.
2655 Por favor. Espero que no sentido de ajudar.

2656

2657

2658 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Agradeço a palavra, senhor Presidente. Eu queria
2659 até... Eu fiz um apelo ao Procurador Pablo, porque existe essa questão relevante
2660 a se discutir, o resto tudo já tá pacificado...

2661

2662

2663 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Esse é o ponto
2664 nevrálgico.

2665

2666 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso é o ponto nevrálgico dessa Resolução. Assim,
2667 nós somos os proponentes dessa Resolução e acreditamos que o debate seja
2668 necessário, a gente não tá aqui querendo fazer uma (...) facilidade pra indústria ou
2669 não. A gente não tem uma ferramenta hoje, pra situação de grandes derrames. A
2670 gente tem uso de dispersantes, a gente tem remoção mecânica e precisamos
2671 dessa ferramenta. Responsável, sermos responsável ambientalmente é
2672 debatermos essa proposta e nessa proposta sim, a gente avaliar o que é
2673 pertinente ou não. Essa questão que a gente tá em discussão aqui, em relação à
2674 média horária ou média diária, a gente tentou trabalhar, a gente, inclusive a gente
2675 ia tirar em relação a... Nas prévias. A gente ia tirar a média 24 horas. A gente ia
2676 colocar média só. O que a revisão, o que o Conama, que é o órgão competente
2677 pra estabelecer isso, definir em relação aquele padrão, é o valor que seria acatado
2678 pela Resolução. A gente ficou muito preocupado, como o Doutor Carlos Henrique
2679 colocou, de se tratar, de se alterar algumas médias anuais que são menores do
2680 que médias diárias, que são, médias diárias que são menores que médias
2681 horárias e transformar isso pra média horária. Então, a gente achou isso uma
2682 insegurança jurídica, adicionalmente... Já tô concluindo. Adicionalmente isso não é
2683 praticado, a gente não tem, que nem a Doutora Zilda, parâmetros em nível
2684 nacional pra fazer essa modelagem. Nós consultamos os maiores especialistas no
2685 meio ambiente em qualidade do ar, ligamos pro Cetesb, ligamos pra vários outros
2686 padrões, se ele tem padrão 8 horas, padrão média horária, pro material
2687 particulado. A gente consultou a Legislação Internacional, Reino Unido,
2688 Comunidade Europa, vários Estados dos Estados Unidos. O Ministério Público se
2689 baseou numa Resolução do Alasca, realmente, mas a gente tem... É uma amplas,
2690 a gente tá até num lance de apresentação, mas a gente já sabia que a gente taria
2691 com essa postura de alguns membros da Sociedade civil, que iriam pedir...

2692

2693

2694 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por favor...

2695

2696

2697 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A gente encaminhou pra tentar superar essas
2698 questões. Então, a gente tem essas questões todas. Eu acho que essa questão
2699 aqui eu tô me alongando um pouquinho, porque essa questão, o ponto nevrálgico
2700 dessa Resolução vem definido isso...

2701

2702

2703 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Mas já tá claro
2704 que é o ponto nevrálgico. A gente sabe, inclusive no acordo de convivência eu
2705 falei isso, nós temos um ponto nevrálgico, se nós superarmos esse ponto a gente
2706 consegue fluir com segurança. Pela ordem, o companheiro de Minas, depois o
2707 Comandante Mourão.

2708
2709

2710 **O SR. ANDERSON SILVA DE AGUILAR (Governo do Estado de Minas Gerais)**
2711 – Anderson Aguilar, representando o Governo do Estado de Minas Gerais. Só
2712 gostaria de fazer um pedido a mesa e também a todos os colegas conselheiros,
2713 que na verificação do quórum é no início do debate da matéria. Então, se ouviu
2714 uma verificação do quórum no início do debate da matéria, já tá superada a
2715 questão regimental. E só fazer uma outra verificação em relação a uma outra
2716 discussão que tá sendo feita, a gente tem lembrar que o parâmetro que tá sendo
2717 colocado, primeiro que tem uma metodologia brasileira, a Doutora Zilda já colocou
2718 aqui, a gente não tem metodologia brasileira diferenciada. Isso pode ser discutido
2719 na ABNT, isso pode ser discutido na Câmara Técnica, mas é aquela que temos e
2720 ela é pautada em concentração, ou seja, verifica a massa e o volume. Se a gente
2721 diminui o tempo de amostragem tá diminuindo também o volume. Só uma
2722 observação. Obrigado.

2723
2724

2725 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
2726 Comandante Mourão, depois eu gostaria de pedir licença aos senhores
2727 conselheiros pra dar continuidade ao encaminhamento da reunião. Seja qual for.

2728
2729

2730 **O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (PROAM)** – Senhor
2731 Presidente só pra... Só pra gente esclarecer as coisas bem importantes que nós
2732 possamos, as nossas regras de convivência, a gente estabelecer bastante as
2733 coisas. Como o conselheiro que me antecedeu logo falou isso, eu quero reler o
2734 artigo que diz: o Plenário, processo deliberativo da sessão do Plenário deverá ser
2735 suspenso se, a qualquer tempo e a pedido de qualquer conselheiro não se
2736 verificar o quórum exigido. Então, isso não procede. A segunda coisa eu queria
2737 falar aqui pros meus colegas, Doutora Patrícia que tá aqui há... Desculpe. Mas, 15
2738 anos, 20 anos. Não. Desculpe. Quantos anos? 2 anos. 1 ano. 1 ano só. Assim
2739 como eu. Exatamente. Nós já cansamos de assistir... Olha, a Sociedade Civil, ela
2740 nunca é ouvida e ela sabe disso, porque várias vezes ela já não foi ouvida e
2741 restam alguns tipos de mecanismos. Isso foi usado, e é usado sistematicamente, e
2742 eu duvido que a gente vá votar outra vez, moções. As moções não são votadas
2743 nunca, e com essa modificação do Regimento, que nós participamos da
2744 modificação do Regimento, ela sabe disso, nós colocamos a moção para o final, e
2745 não votamos nunca as moções. Não votamos. É porque não tem quórum, porque
2746 sempre é pedido verificação de quórum. Então, é importante que a gente comece
2747 a dar a devida atenção para que essa negociação se faça efetivamente, porque
2748 não se faz negociação aqui, alguns setores simplesmente impõem a sua vontade

2749 e resta aos outros reclamar ao Bispo. Então, eu, Senhor Presidente, eu enfatizo
2750 que a gente deve respeitar a melhor forma de nós obedecermos e termos um
2751 regime de convivência, é respeitar a Lei. Obrigado.

2752

2753

2754 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Concordo com
2755 o senhor. Pegando o respeitar a Lei, eu queria lembrar aos senhores... Só um
2756 minutinho. Só um minutinho. Tem que respeitar, mas... Ô Patrícia, só um
2757 minutinho. Nós aprovamos o texto original da Resolução com quórum. Então, a
2758 Resolução está aprovada. Tá ok? Nós estávamos trabalhando na primeira
2759 emenda que foi rejeitada. Nós temos a oportunidade agora, não fazer um debate a
2760 respeito das emendas que foram apresentadas de uma forma muito democrática,
2761 legítima e que tá sendo discutido em muito bom tom. A Resolução está aprovada.
2762 Ela foi aprovada com quórum no seu texto original. Então, se nós não dermos o
2763 espaço pra uma discussão democrática, madura, aonde permita aqueles
2764 conselheiros que estão aqui, que concordaram com o acordo de convivência, de
2765 caminhar na visão... Na discussão das emendas, nós teremos um caso, pra mim,
2766 de novo, surreal. Mas a gente tá sempre aprendendo, que é uma Resolução
2767 aprovada, com quórum, com verificação de quórum e que não terá a discussão
2768 das suas emendas porque a gente terá que suspender a discussão. Mais uma vez
2769 gente, a gente apela pro bom-senso, nós estamos discutindo parte da Resolução
2770 e esse artigo, essa emenda, ela é nevrálgica, talvez as outras emendas a gente
2771 tenha uma facilidade muito maior de entendimento. Mas repito, a Resolução no
2772 texto, tirando o que tá de vermelhinho aí, com exceção da primeira emenda, ela
2773 está aprovada e ela terá que ser mantida, caso haja suspensão, como Resolução
2774 aprovada na íntegra, ou vamos judicializar, o que é muito ruim para o Conama,
2775 que eu nunca participei de um processo desse, nesse sentido. Peço a reflexão dos
2776 senhores. Posso continuar? Bom. Então, nós temos uma situação aqui que me
2777 parece de... Semelhante a anterior, de 2 pontos aonde não foi possível chegar a
2778 um consenso. Então, tem uma proposta do Ministério Público, com toda a
2779 argumentação muito bem feita pelo seu perito. Tem a proposta de manter o texto
2780 original, também com uma argumentação extremamente sólida por parte do
2781 Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia, só nos cabe votar.
2782 Né? Então, seria... Eu vou colocar o encaminhamento da seguinte forma. E
2783 desculpa, tem uma emenda ainda sobre esse inciso, que é da PROAM, eu não sei
2784 se ficou, que seria, nível de atenção para material particulado e outros poluentes
2785 de conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde. A
2786 gente coloca segundo ponto, porque como a outra tá mais relacionada a números,
2787 depois a gente faz a avaliação dessa. Então, quem é favorável, por gentileza,
2788 atenção, quem é favorável à manutenção do...

2789

2790

2791 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – A proposta do
2792 PROAM vai de encontro com a proposta do Ministério Público. Apenas a gente
2793 pede... A questão... (...).

2794

2795

2796

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809

2810

2811

2812

2813

2814

2815

2816

2817

2818

2819

2820

2821

2822

2823

2824

2825

2826

2827

2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Tá ok. Obrigado. De novo, em regime de votação. Quem é favorável à manutenção do texto como está? Como foi apresentado? Por gentileza, se manifeste. Vamos lá 1, 2, 3, 4, 5... 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16. 20 aqui? Por favor, de novo. Vamos fazer assim, com fé. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19. 19. Desse lado. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21. Então, a maioria absoluta. Quem é contrário? 1 voto contrário. Quem se abstém? 4 abstenções. Muito obrigado senhores conselheiros. A próxima emenda é... Essa próxima emenda, por isso que eu digo que agora a coisa flui. É consenso dos pareceristas. Né? No art. 5º, a sugestão de emenda é a realização excepcional de queima controlada nas áreas com restrição, especificadas no art. 4º ou em situações não previstas no art. 3º, dependerá de prévia autorização do Ibama, em cada caso, desde que tecnicamente justificado e demonstrado, que aplicará... Que aplicará menor impacto aos ecossistemas e a saúde humana, em comparação com o seu uso ou com a aplicação de técnicas, essa inclusão, ou com aplicação de técnicas mecânicas de contenção, recolhimento e dispersão. A informação que eu tenho aqui no meu texto é que há consenso dos pareceristas. Confere? Então, senhores conselheiros, assim, a sugestão é que seja feita a alteração do art. 5º original pra essa nova redação, por consenso dos pareceristas. Todo mundo favorável? Quem é favorável, por favor? A maioria. Muito obrigado. A próxima emenda é uma emenda na... Também no Inciso V, tem a observação de consenso dos pareceristas. Enquanto houver a presença de mamíferos marinhos, tartarugas marinhas, pinguins e outras aves no local escolhido, para ignição e seu entorno, conforme art. 11, para consenso dos pareceristas, que seria a inclusão de um Inciso V, que nesse caso a observação que há consenso com o texto que eu acabo de relatar. Há alguma observação? Não havendo manifestação, considero aprovado? (...) Ministério Público, pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Não. Não. Na verdade, desculpa. Essa é uma inclusão. O 4º permanece, a menos de 3 milhas. Essa aqui é uma inclusão, é um Inciso V mesmo. É um novo inciso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB) – Isso. Tá. Obrigado (...). Então, assim, não havendo nenhuma manifestação contrária e há consenso, tá aprovado. Já há inclusão de um outro inciso. A proposta era do MP?

2841 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2842

2843

2844 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Por favor, você
2845 podia colocar no microfone, por gentileza? Se bem que o microfone não tá
2846 favorável a você, mas...

2847

2848

2849 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (MPF)** – O MP em discussão aqui, nós entendemos
2850 que o art. 7º já abrange... O art. 7º já abrange a nossa proposta. Então, ela se
2851 tornaria desnecessária.

2852

2853

2854 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Trata da
2855 proposta de inclusão do Inciso VI. Superado essa emenda. Nós temos agora a
2856 última emenda, que é uma proposta de... Na última tem... A penúltima, também de
2857 alteração do Ministério Público Federal, no Inciso VII do art. 7º. Do art. 8º.
2858 Desculpa gente, eu tô perdido. Espera aí. Art. 11º, é o Inciso VII do art. 11º, é
2859 alteração, não é inclusão. O original é providenciar a divulgação de informações a
2860 mídia local e as populações potencialmente arquetadas pelas concentrações
2861 médias de 24 horas de MP 10, com esclarecimento sobre a utilização da técnica, o
2862 período previsto para a sua aplicação... Calma Patrícia. Previsto para a sua
2863 aplicação e os níveis de disposição previstos e as preocupações associadas de
2864 acordo com os níveis de notificação e esclarecimento no Anexo 6. Eu acho que,
2865 salvo melhor juízo, consultaria o Ministério Público, essa emenda fica prejudicada
2866 com a aprovação daquela emenda anterior. Tô equivocado? Porque quando a
2867 gente mantém as concentrações médias em 24 horas e a proposta fala de médias
2868 horárias de MP 10, vai haver um conflito que não faz sentido. Quer dizer, nós já
2869 aprovamos um padrão. Me parece que é aquela... É uma situação que, vinculante.

2870

2871

2872 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (MPF)** – Eu acho que, inclusive a gente pode
2873 entender que houve a votação em bloco, desses artigos, porque ou você aprova a
2874 média horária pra tudo ou média diária, de 24.

2875

2876

2877 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – E o próximo a
2878 emenda também trata disso.

2879

2880

2881 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (MPF)** – É a mesma coisa.

2882

2883

2884 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Então. E a do
2885 anexo, que é a última também, trata da mesma coisa. Então, com o entendimento
2886 do Ministério Público Federal colocou, eu acho que tá prejudicado, não no sentido

2887 do mérito da proposta em discussão, mas tá prejudicado à medida que já houve a
2888 votação que mantém 24 horas. Isto posto, falta só o relatório do Ibama, o informe
2889 do Ibama, que a Doutora Jacimara... Quem vai fazer? Gilberto. Eu espero que vá
2890 ser breve, porque nós já estamos no limite da fome e competir com a fome é muito
2891 difícil.

2892

2893

2894 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

2895 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Não. A moção
2896 foi... Foi pedido de vista. Eu tentei fazer um... Minha ingenuidade regimental,
2897 minha boa vontade de... Né?

2898

2899

2900 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

2901

2902

2903 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Doutor Bruno, o
2904 senhor quer usar a tribuna? Vamos aproveitar enquanto nosso colega do Ibama tá
2905 colocando seu informe.

2906

2907

2908 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – Patrícia não tá aí mais
2909 não, né? Tá. É. A Patrícia comentou a questão dos 15 minutos da... Bruno, FBCN,
2910 Sociedade Civil. A Patrícia comentou até formalmente, com toda razão. O
2911 Regimento prevê que a Palavra Livre é de até 15 minutos e que a gente tem
2912 demorado até mais de uma hora de Palavra Livre. Eu pessoalmente acho que a
2913 Palavra Livre deveria ter até tempo livre, porque ela é o momento das
2914 comunicações, é importante. Durante muito tempo, ou melhor, durante 2 mandatos
2915 de Ministro nós reclamamos da ausência do Ministro na Palavra Livre, que era
2916 importante o Ministro ouvir o que nós estamos dizendo. Hoje como foi o dia de
2917 elogios ao atual Ministro Sarney Filho, vai mais um. É em cerca de 10 anos de
2918 Conama, primeira vez que eu vi o Ministro fazer pingue-pongue com a gente na
2919 Palavra Livre. Isso é uma coisa excepcionalmente boa. Isso é excelente. O
2920 Ministro tava ali, não só assistiu como prestou atenção e fez o pingue-pongue. Se
2921 vocês somarem os tempos é capaz do Ministro ter falado mais do que os
2922 conselheiros. Então, se nós falamos duas horas de Palavra Livre, foi excelente,
2923 porque nós ficamos durante duas horas conversando em público com o Ministro
2924 sobre meio ambiente no Brasil. Então, eu acho que essas flexibilidades que a
2925 mesa possa dar, é que não leve muito, assim, ao pé da letra o Regimento, às
2926 vezes é mais inteligente do que 'burrocraticamente' cumprir o Regimento. Era só
2927 isso. Obrigado.

2928

2929

2930 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
2931 Bruno. Eu só queria... Já tá pronto o pessoal do Ibama? Pois não.

2932

2933

2934 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (PROAM)** – Eu só queria
2935 fazer um registro... Hoje eu falei sobre isso. Então, gostaria de ter
2936 democraticamente o direito de me expressar. Desde 2015 que, reiteradamente eu
2937 venho requerendo a Presidência da mesa para que seja revisto esse tempo da
2938 Tribuna Livre. Então, eu me sinto muito a vontade pra de novo dizer sobre isso. É
2939 insuficiente, todos sabem que é insuficiente, os 15 minutos da Tribuna Livre,
2940 embora esteja regimentalmente escrito, né? Mas reitero isso, e fico muito a
2941 vontade pra requerer. Eu acho que o direito a fala num País democrático não pode
2942 ser tolhado. Os que pensem o contrário. Então, não tô querendo entrar no
2943 autoritarismo, com todo respeito. Muito obrigado.

2944

2945

2946 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado.
2947 Eu só queria aproveitar pra fazer um registro. É natural que a dispersão agora
2948 aumente, mas eu queria agradecer pessoalmente, em nome do Ministro, em nome
2949 do Secretário-Executivo, a postura colaborativa, séria, correta, de construtiva que
2950 os senhores conselheiros e senhoras conselheiras deram hoje, durante essas
2951 votações. Eu assim, agradeço do meu coração e a oportunidade, que você
2952 também tem de me ajudar na coordenação. Peço desculpas por algum eventual
2953 deslize, mas às vezes a gente fica meio afastado, perde um pouco o traquejo.
2954 Então, muito obrigado a todos os senhores e senhoras. Nós vamos encerrar a
2955 reunião com o relato do Ibama, com o informe do Ibama, que é regimental e
2956 aquele que forem viajar tenham uma boa viagem. Muito obrigado.

2957

2958

2959 *(Palmas!)*

2960

2961

2962 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Bom-dia a todos! Pretendo fazer um
2963 relato breve sobre o resultado da Resolução do Conama, 416/2009, que trata da
2964 destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis gerados no nosso
2965 País. Pra começar o resultado do ano de 2016, foram comercializados no mercado
2966 de reposição, 53 milhões 411 mil unidades de pneus novos, representando (...)
2967 829 milhões de toneladas. 729 mil toneladas. O mercado de reposição, a gente
2968 tem que lembrar, que são aqueles pneus colocados à venda no mercado nacional,
2969 descontados aqueles pneus fabricados que são exportados ou que equipam
2970 veículos novos, ou seja, somente aqueles pneus que são gerados no momento de
2971 uma troca é que são considerados pra cálculo do mercado de reposição. Próximo.
2972 O mercado, então, é representado por 22% sendo por importação e 78% por
2973 fabricação nacional. Próximo. Em resumo a meta ficou atingida em 100,9% pelos
2974 fabricantes e 83,64% pelos importadores. A tonelada que representa a meta pra
2975 cada um dos setores de fabricação, e importação, é aquilo que é apresentado no
2976 quadro meta, e quanto que foi destinado do que era estipulado para ser feito em
2977 2016. Próximo. Portanto a meta, ela aqui tem números inteiros, ela ficou em 96,...
2978 Rapidamente. Ficou em 90 e... 96,66, só que ali tá aparecendo zerado... Do

2979 objetivo da Resolução que era destinar 100% dos pneus gerados no mercado de
2980 reposição no Brasil, o Brasil atendeu quase 97%. Próximo, por favor. Como todo
2981 ano a gente faz, a gente apresenta a série histórica pra demonstrar o desempenho
2982 dos setores. Próximo, por favor. A gente observa ali que os fabricantes
2983 mantiveram, obviamente, a coleta e a destinação acima da meta estipulada para o
2984 seu seguimento. A gente teve pedidos também pra serem usados os saldos de
2985 destinação excedentes dos anos anteriores, vocês podem observar que desde
2986 2009 os fabricantes vem destinando acima da meta e eles têm um pedido, um
2987 pleito junto ao Ibama pra fazer uso desses saldos excedentes. Isso está sendo
2988 analisado pela área do Ibama, isso ainda carece de uma... Perdão. Uma
2989 auditoria um pouco mais elaborada dos dados que foram apresentados no pleito
2990 dos fabricantes. E os importadores... Próximo, por favor. Eles estão... Tiveram
2991 uma queda de 1 ponto percentual do ano passado pra... Do ano de 2015 para o
2992 ano de 2016. A gente coloca no relatório que vai ser apresentado ainda ao
2993 Conama. O motivo disso, a gente não teve uma operação de fiscalização padrão
2994 que o Ibama sempre fez desde 2013, ano passado ela esteve suspensa,
2995 paralisada, devido à ausência de dados do controle do comércio exterior, uma
2996 suspensão feita pelo Ministério da Indústria e Comércio. E retomando as ações,
2997 vamos falar assim, os importadores que não cumpriam a meta em 2015 e em
2998 2016, esse ano, vão ser fiscalizados ainda nesse semestre de 2017. Próximo, por
2999 favor. Como eu falei, a meta, então, em 2016 ficou de 96,66%, um pouquinho a
3000 menos do que ano passado, mas ainda assim, uma ótima meta. Nenhum País do
3001 mundo atinge essa meta nas pesquisas que a gente faz. Próximo, por favor. Muito
3002 importante também falar qual foi a tecnologia, as tecnologias usadas na
3003 destinação de pneus inservíveis. Em 2016 o coprocessamento ainda continua
3004 sendo a principal tecnologia de destinação. Coprocessamento utiliza o pneu
3005 inservível pra gerar, tanto energia quanto pra agregar elementos metálicos no
3006 clinquer, usados na fabricação de cimento no País, seguido da granulação, onde
3007 você utiliza a borracha pra outros fins, fabricação de outros objetos e meios de
3008 suporte de borracha. Próximo, por favor. Também a gente sempre faz essa
3009 contagem anualmente, dos pontos de coleta disponíveis por região dos países.
3010 Então, esse é o quadro do quê que foi o ano de 2016 de pontos de coleta
3011 disponíveis no País. A gente traz no relatório uma lista completa dos pontos de
3012 coleta e sua capacidade de endereço. Então, isso fica disponível, tanto no
3013 Conama quanto no site do Ibama. E a gente tem uma publicação editada pelo
3014 Ibama, onde traz toda a relação de cada... Dos pontos de coleta disponíveis.
3015 Então, senhores, eu acredito que essa informação pode avançar. Obrigado a
3016 todos por terem esperado até esse momento. Estamos a postos pra qualquer
3017 dúvida. Obrigado.

3018
3019

3020 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Muito obrigado
3021 meu companheiro, colega do Ibama, a Doutora Jacimara. Então, não havendo
3022 mais nenhum ponto de pauta e nenhuma solicitação de manifestação, declaro
3023 encerrada a reunião do Conama. Muito obrigado senhores. Tenham um bom dia.